

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE PSICOLOGIA**

**SIMONE STIGLIANI FERREIRA DE MATTOS**

**UM ESTUDO SOBRE O SENTIDO DA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS NO  
PROCESSO DE ADOÇÃO: A VISÃO DO PROFISSIONAL**

**SÃO PAULO**

**2007**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE PSICOLOGIA**

**SIMONE STIGLIANI FERREIRA DE MATTOS**

**UM ESTUDO SOBRE O SENTIDO DA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS NO  
PROCESSO DE ADOÇÃO: A VISÃO DO PROFISSIONAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para graduação no curso de Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Sergio Ozella.

**SÃO PAULO**

**2007**

"Deus nos dê sabedoria para descobrir o certo, vontade para escolhê-lo e força para fazê-lo durar"

Rei Arthur, filme Lancelot

“A criança não é apenas o traje, as brincadeiras, a escola, nem mesmo o sentimento de infância [ou seja, modalidades históricas, empiricamente perceptíveis]; ela é uma pessoa, um processo, uma história, que os psicólogos tentam reconstruir.”

A. Bezaçon

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho e, principalmente, para a minha formação pessoal e profissional. Agradeço a todos pela oportunidade da convivência, do aprendizado, por cada momento único que passamos juntos.

Agradeço à minha família, sempre presente na minha formação, que é minha base, meu porto seguro, que está sempre ao meu lado, apoiando minhas decisões. Aos meus pais (Sueli e Pedro) e à minha irmã (Renata), que me ajudaram e encorajaram nos momentos difíceis, comemoraram comigo cada conquista, cada vitória.

Às minhas amigas, com quem compartilhei as angústias do “TCCer”, as reclamações da sobrecarga e comemorei nosso sucesso ao terminar o trabalho que, inicialmente, parecia interminável.

A Cinthia que me ajudou muito na fase inicial deste trabalho, ainda em Seminários, com as inúmeras aulas de NEP... Acredite que fez muita diferença no decorrer do trabalho!

A Fernanda que, em meio ao caos provocado pelo seu mestrado, ainda teve tempo de me ajudar com a pesquisa bibliográfica, com as definições jurídicas de família.

A Jô que, indiretamente, me levou às participantes desta pesquisa. Sem você, talvez este trabalho não tivesse “sujeitos”!

Ao promotor do Fórum que me apresentou aos funcionários da Vara da Infância e Juventude e viabilizou a realização da pesquisa.

Às participantes que cederem seu tempo de trabalho para a entrevista, compartilharam sua visão de mundo comigo e se colocaram à disposição para me ajudar. A contribuição de vocês foi fundamental para a realização desta pesquisa.

Aos meus professores que me ensinaram, entre tantas coisas, as Psicologias, com suas múltiplas facetas.

A Elisa, que me inseriu no mundo da Psicologia Sócio-Histórica, primeiramente em Psicologia Geral, e depois quando ofereceu a oportunidade de participar da Iniciação Científica. Agradeço também por ter aceitado ser a parecerista deste trabalho.

A Bronia que me ensinou muito sobre essa abordagem, que permitiu minha participação na Iniciação Científica, que me orientou no estágio de Orientação Profissional e, principalmente, ajudou a construir minha visão de homem e mundo.

Ao meu orientador, Sergio Ozella, pelas broncas, pelas discordâncias, pelas concordâncias, pelas indicações, pelas orientações... Sem a contribuição dele, dificilmente este trabalho teria esta configuração.

A todos aqueles (que são muitos e, portanto, torna-se impossível citar todos os nomes) que ouviram pacientemente as queixas e comentários (inevitáveis) sobre o TCC e compreenderam a importância da realização deste trabalho, como símbolo de término de uma fase importantíssima na minha vida e início de outra.

## **UM ESTUDO SOBRE O SENTIDO DA DEVOLUÇÃO DE CRIANÇAS NO PROCESSO DE ADOÇÃO: A VISÃO DO PROFISSIONAL, 2007.**

Área do conhecimento: 7.07.05.00-3 - Psicologia Social

Orientando: Simone Stigliani Ferreira de Mattos

Orientador: Prof. Dr. Sergio Ozella

Palavras-chave: adoção, devolução, Psicologia Sócio-Histórica.

### **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo compreender o sentido da devolução de crianças, em Estágio de Convivência, à tutela do Estado, fornecendo informações sobre o nível de envolvimento dos profissionais com esta questão e contribuindo para a reflexão de ações transformadoras. Foram participantes desta pesquisa uma psicóloga e uma assistente social que atuam na equipe técnica da Vara da Infância e Juventude. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se uma entrevista semi-dirigida. Esta foi gravada e transcrita para a análise de dados, que foi realizada de acordo com os pressupostos teóricos e metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica. O material foi organizado em quatro núcleos de significação, analisados intra e inter núcleos. Notou-se que as profissionais significam a avaliação psicossocial como redutora da incidência da devolução de crianças, pois permite detectar possíveis problemas na adoção e solucioná-los por meio de encaminhamentos adequados, aumentando a probabilidade de uma adoção bem sucedida. Os adotantes são significados como inaptos para a adoção, porém com capacidade de se transformarem se forem preparados. A devolução é significada pelas participantes como a impossibilidade de satisfazer suas necessidades através do trabalho. A criança, neste contexto, é significada como vítima da situação, que necessita de cuidados especiais, como acompanhamento da equipe e encaminhamento para psicoterapia. Por outro lado, os adotante são significados como os culpados pela devolução. As profissionais também significam a devolução como uma forma de proteção à criança, pois é uma forma de retirá-la do conflito estabelecido entre o(s) adotante(s) e adotado.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - Definição e História da Adoção.....	5
1.1. Definição de adoção.....	5
1.2. História da adoção.....	7
1.2.1. A história da adoção no Brasil.....	10
CAPÍTULO 2 - A criança na família e na sociedade.....	14
2.1 A história da infância no Brasil.....	17
CAPÍTULO 3 - Pressupostos Teóricos e Metodológicos.....	22
3.1. Psicologia Sócio-histórica.....	22
3.2. A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica.....	25
3.3. Procedimentos metodológicos.....	26
3.3.1. Participantes.....	27
3.3.2. Instrumento.....	27
3.3.3. Procedimentos para análise dos dados.....	27
CAPÍTULO 4 - Análise e Discussão de dados.....	29
4.1. Organização do material de análise.....	29
4.2. Análise e discussão dos núcleos de significação.....	44
4.2.1. O fazer profissional como redutor da incidência de devolução.....	45
4.2.2. O preparo dos pais como fundamental para assumir a função materna/paterna.....	47
4.2.3. Alteração do perfil da criança em função do tempo de espera como fator de risco ao sucesso da adoção.....	49
4.2.4. A devolução como reveladora do envolvimento das profissionais no processo de adoção.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
ANEXOS.....	60
Anexo 1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
Anexo 2. Transcrição da Entrevista	

## INTRODUÇÃO

A adoção é uma medida de colocação em família substituta regulamentada pelo Estatuto da criança e do Adolescente – ECA (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e pelo Código Civil brasileiro (Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). Ambos definem adoção como a atribuição de filiação entre adotado e adotante, à semelhança da filiação biológica, sendo que, segundo o ECA, esta prática é irrevogável (Art. 48, Da Adoção).

No entanto, a adoção não se restringe à forma de estabelecimento de filiação, mas, conforme o Código Civil determina em seu Art. 1.625, “*Somente será admitida a adoção que constituir efetivo benefício para o adotando*”, reafirmando o Art. 43 do ECA, segundo o qual “*A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.*”.

Ao apontar a garantia do bem-estar do adotado como condição *sine qua non* para a concretização da adoção, tais artigos originaram estudos em diversas áreas, como Direito, Serviço Social e Psicologia, interessados em compreender quais são as principais motivações dos adotantes para recorrerem a este recurso.

Reppold e Hutz (2003) afirmam que alguns autores acreditam que a *"investigação dos interesses dos pais ao efetuar uma adoção é um aspecto fundamental, visto que esta variável é um indicador da qualidade da interação entre pais e filhos"* (s.p.).

Estes autores apontam como as motivações mais freqüentemente alegadas pelos casais adotantes: a infertilidade, o desejo de mulheres solteiras serem mães, a importância social da adoção, a perda de um filho e o acolhimento de um parente.

Já Casellato (1998) afirma que a adoção implica sempre em um ato consciente e um inconsciente, que leva o indivíduo a uma "solução" para uma situação não elaborada. Esta motivação inconsciente envolvida no processo de decisão da adoção pode ser um luto não elaborado, que abarca desde o luto da perda de um filho, incluindo casos de aborto, até o luto pela infertilidade, ou seja, a não possibilidade de tornar-se pai/mãe.

Weber (1995 *apud* Casellato, 1998) realizou uma pesquisa com pais adotivos cujo objetivo era traçar o perfil dos candidatos a adotantes. Este estudo demonstrou que as principais motivações para a adoção (em ordem decrescente de freqüência) são: não ter filhos biológicos, ajudar a criança, querer adotar, o “aparecimento” da criança, a criança ser filha de um parente, pena e/ou compaixão, afeição para a criança, gostar de criança, perda de um filho, poder escolher o sexo, querer mais um filho e preencher a solidão.

Casellato (1998) complementa Weber (1995) e cita também como motivação para a adoção a tentativa de resolução de problemas conjugais, a satisfação do desejo de um dos cônjuges, complementar a identidade pessoal e evitar a discriminação social pela ausência de filhos.

Considerando-se as colocações acima, pode-se, então, citar o estudo de Camargo (2005) no qual afirma que a adoção tem sua origem arraigada aos interesses do adotante, que geralmente não podia ter seus próprios filhos biológicos.

A diversidade de motivações que levam ao indivíduo a optar pela adoção, aliada aos estudos indicando sua interferência no sucesso do processo (Brodzinsky et al., 1998; Tabajaski, Gaiger e Rodrigues, 1998 *apud* Reppold e Hutz, 2003), acarretam na responsabilização dos profissionais envolvidos em avaliar de forma adequada e eficiente as condições sociais, econômicas e psíquicas do pretense adotante, sendo que uma avaliação errônea ou incompleta poderia causar o fracasso da adoção.

Segundo Ferreira (s./d.) o processo de adoção é considerado “*um dos mais importantes na área da Infância e da Juventude, posto que objetiva a colocação de criança ou adolescente em lar substituto, de forma definitiva e irrevogável*” (p. 4). Assim, solicita-se a intervenção técnica, objetivando uma visão global do processo, incluindo os pretensos adotantes e o adotando.

Os profissionais técnicos que compõem a equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude não são determinados por lei e são definidos pela Corregedoria da Justiça. Em São Paulo, esta equipe é composta, normalmente, por assistentes sociais, psicólogos e comissariado de menores. Brito, Ayres e Amen (2006) apontam que a participação dos assistentes sociais e dos psicólogos nas equipes interdisciplinares justifica-se pela formação específica que lhes oferece recursos técnicos apropriados à escuta das crianças e adolescentes, bem como dos adotantes.

Segundo Ferreira (s./d.),

A intervenção técnica no processo adotivo tem por objetivo específico verificar se os requerentes reúnem condições sociais e psicológicas para assumirem a adoção e se é caso da criança ou o adolescente ser colocado à disposição para adoção. (p. 5)

Este autor afirma que a finalidade de tal intervenção é

(...) evitar que ocorram adoções, que de alguma maneira poderiam estar fadadas ao insucesso, com a conseqüência natural decorrente de tal fracasso para os adotantes e adotados (p. 6)

A compreensão da intervenção interdisciplinar como forma de avaliar e selecionar famílias adequadas para as crianças / adolescentes, não existe somente no âmbito legal, mas também permeia o imaginário das famílias que se submetem ao estudo psicossocial, conforme mostra a pesquisa realizada por Costa e Campos (2003). Nesta, as famílias participantes afirmam que “*uma boa avaliação aumenta as chances da adoção ser bem sucedida*” (s.p.).

O estudo de Campos e Costa (2004) aponta que os técnicos responsáveis pelo estudo psicossocial assumem a responsabilidade que lhes é atribuída: de avaliar e selecionar a família requerente, “*a fim de garantir o cumprimento da lei, o bom desenvolvimento da criança / adolescente e prevenir negligência, abuso, rejeição ou devolução.*” (s.p.) Silva (1998 *apud* Campos e Costa, 2004) também explicita a necessidade da avaliação e seleção

dos candidatos a adotantes como forma de prevenção da devolução da criança / adolescente.

Weber (1997) ressalta a importância de considerar que o trabalho dos técnicos não é neutro, ele envolve “*aspectos subjetivos, parciais, teóricos, arbitrários, políticos, pessoais, em relação à escolha da ‘família adequada’ para adotar uma criança*” (p. 125). Esta constatação também aparece na pesquisa de Campos e Costa (2004), na qual os técnicos percebem a ausência de parâmetros objetivos, colocados pela lei, para a avaliação dos adotantes. Assim, a avaliação psicossocial ganha um aspecto subjetivo e reflete as construções sociais de cada técnico, implicando também em uma maior responsabilização do profissional.

Segundo Weber (1997), o papel do técnico deveria ir além da avaliação dos pais, isto é, deveria criar espaços de reflexão para os candidatos, preparando-os para ser exercer o papel de pais. Com relação a isso, Maldonado (1995) afirma:

Em vez de colocar a ênfase em examinar e julgar os “candidatos a pais adotivos”, para ver se eles estão aptos a receber a criança (com a inevitável conotação de prêmio ou castigo), o que poderiam fazer as equipes de profissionais? Buscar uma família para a criança que precisa ser acolhida e uma criança para a família que deseja recebê-la: isso significa conhecer melhor as pessoas em questão, esclarecer sobre as dificuldades mais comumente encontradas, organizar reuniões de grupos de pessoas que desejam adotar, para que se converse sobre os sentimentos, apreensões e expectativas comuns a todos que estão em processo de gestar uma maternidade e uma paternidade de adoção. (p.21)

Desta forma, torna-se mais importante o envolvimento do profissional no processo de adoção, não somente avaliando e indicando / contra-indicando pais, mas preparando-os para ter (e criar) um filho, considerando o processo dinâmico de construção e reconstrução do ser-humano. (Weber, 1997)

O presente estudo propõe-se, então, compreender o sentido da devolução de crianças à tutela do Estado, no decorrer do período de convivência com o(s) candidato(s) a adotante(s), fornecendo informações sobre o nível de envolvimento dos profissionais com esta questão e contribuindo para a reflexão de ações transformadoras.

Para atingir tal objetivo, este trabalho foi dividido em quatro capítulos, sendo os dois primeiros temáticos, o terceiro teórico e o último de análise e discussão dos dados obtidos.

No capítulo 1 apresenta-se a definição de adoção e sua contextualização histórica, contribuindo para uma melhor compreensão do tema e a inserção da devolução de crianças no processo de adoção.

O capítulo 2 trata da história da infância e a inserção da criança no ambiente familiar, apontando as modificações no papel desempenhado pela criança na sociedade e na família brasileira.

O terceiro capítulo refere-se ao referencial teórico que orienta a presente pesquisa: a Psicologia Sócio-Histórica. Este capítulo apresenta a concepção de homem e mundo desta abordagem e os principais conceitos que foram utilizados na análise de dados, além dos

pressupostos metodológicos para realizar uma pesquisa neste referencial e dos procedimentos metodológicos da presente pesquisa.

No último capítulo são apresentados os dados coletados na entrevista com as participantes, sua organização, análise e discussão. A análise e discussão de dados são subdivididas em quatro núcleos de significação, necessários para a compreensão do sentido de adoção para as profissionais entrevistadas:

- O fazer profissional como redutor da incidência de devolução;
- O preparo dos pais como fundamental para assumir a função materna / paterna;
- Alteração do perfil da criança em função do tempo de espera como fator de risco ao sucesso da adoção;
- A devolução como reveladora do envolvimento das profissionais no processo de adoção.

Compõe, ainda, a estrutura deste trabalho, uma parte destinada às considerações finais, que consiste em uma breve discussão acerca dos sentidos e significados desvelados na análise de dados.

# CAPÍTULO 1

## Definição e História da Adoção

### 1.1 Definição de Adoção

A adoção pode ser definida de diversas formas, sendo que há a definição jurídica, a baseada nos aspectos sociais e psicológicos implicados e aquela que considera o ponto de vista do adotado, do adotante e da família biológica.

Definida legalmente pelo ECA (1990), em seu Art. 41, e pelo Código Civil (2002), Art. 1.626, a adoção é entendida como a atribuição da condição de filho ao adotado, sendo que este possui os mesmos direitos e deveres do filho biológico e há o desligamento de vínculo com pais e parentes biológicos. No entanto, ambos apontam que não basta a formalização do vínculo de filiação entre o adotado e o adotante para se deferir a adoção, mas também é condição *sine qua non* que esta medida ofereça vantagens para o adotado, deixando claro que o foco principal desta prática é o adotado e seu bem-estar.

Autores como Vargas (1998), Reppold e Hultz (2003), Lotufo (1992) e Silva (2003) explicam a adoção a partir do estabelecimento da filiação entre adotado e adotante, conforme determina a legislação, mas também consideram que há outros aspectos envolvidos nesta prática, como fatores sociais ou afetivos/psicológicos. O ponto que os diferencia é a importância que cada um atribui para tais aspectos.

Reppold e Hutz (2003) afirmam que os aspectos jurídicos, sociais e afetivos estão em constante interação, e isto é o que caracteriza a criação do laço afiliativo da adoção, diferenciando-a da filiação biológica.

Com relação aos aspectos afetivos envolvidos na adoção, Lotufo (1992) e Silva (2003) afirmam que o sentimento de condescendência ou altruísmo permeia a relação estabelecida entre o adotante e o adotado. Lotufo (1992), no entanto, lembra que a legislação visa principalmente a proteção do adotado, sendo então a posição assumida pelos adotantes compatível aquela exposta no Código Civil (2002) e no ECA (1990). Assim, para Silva (2003)

(...) a adoção é o instituto por meio do qual alguém estabelece com outrem laços recíprocos de parentesco em linha reta, por força de uma ficção advinda da lei. E, no conceito puramente sentimental, adoção é, verdadeiramente, um ato de amor, um ato de desprendimento, um ato máximo de preocupação com a vida alheia. (p.12)

Já para Lotufo (1992)

(...) a adoção é um ato jurídico através do qual, obedecendo requisitos impostos pela lei, estabelece-se um vínculo de filiação entre adotante e adotado visando, primordialmente, a proteção e o bem estar do menor carente, integrando-o a uma família substituta. (p.59)

Levinzon (2004) define adoção a partir da origem da palavra adotar, procedente do latim “*adoptare*” que significa considerar, cuidar, escolher. Este autor baseia sua definição

com base nas partes envolvidas no processo de adoção, isto é, a partir dos desejos e necessidades dos pais biológicos, dos adotantes e da criança, além de considerar aqueles que foram intermediários, como a instituição ou a pessoa que cuidou da criança.

Assim, a adoção possui duas faces: é uma forma de prover uma família às crianças que não a tem e também proporciona a oportunidade a pessoas de ter e criar filhos com os quais não possuem ligação genética. Esta medida cumpre, então, diversas finalidades: satisfaz as necessidades dos adotantes que desejavam um filho; da família biológica, que não podia cuidar da criança; e da criança que necessita de uma família. A adoção configura-se, então, como uma forma de construir e reconstruir vínculos entre os envolvidos no processo. (Levinzon, 2004)

Lima (2006) concorda com Levinzon (2004) ao referir-se à adoção como uma forma de estabelecer um vínculo entre uma criança e um casal, no qual a criança assume o papel de filho e o casal de pais. No entanto, Lima (2006) afirma que esta relação se estabelece principalmente com o objetivo de solucionar o problema de esterilidade dos adotantes e, como ganho secundário, resolve-se o abandono do adotado. Por outro lado, Levinzon (2004) aponta que os adotantes possuem diversas motivações para a adoção, que extrapolam a infecundidade.

A partir do ponto de vista do desenvolvimento infantil, alguns autores consideram que a adoção é um trauma, causado pela separação da criança e sua mãe, que poderia causar diversos problemas como uma incidência maior de psicopatologias, problemas de inadaptação social, escolar e familiar (Levinzon, 2004). No entanto, este autor discorda desta posição, pois o causador do “trauma” seria o abandono do menor e a adoção deveria ser considerada como uma solução, uma vez que proporciona à criança uma estabilidade familiar e ao adotante a oportunidade de ser pai, isto é, seria um “trauma” maior a criança ficar, por exemplo, em um abrigo, com poucas condições favorecedoras de seu desenvolvimento “*físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade*”.(Estatuto da Criança e do Adolescente - Art. 3º).

Vargas (1998) concorda com Levinzon (2004) ao apontar que a adoção é uma forma de

assegurar a cada criança a integração em um lar e a possibilidade de manter, estabelecer ou restabelecer laços afetivos entre a criança e figuras parentais, podendo ser esta a solução (...) que corresponde aos anseios de toda sociedade, que pode oferecer as melhores condições e apoio necessários à criança para que ela se desenvolva (p.18)

Com base no que foi dito até o momento, pode-se concordar com Paiva (2004) que considera a adoção como a melhor forma “*de recriar relações familiares para uma criança privada de família e de promover relações paterno-filiais*” (p. 23). Além do estabelecimento da filiação, a adoção permite que a criança cresça no seio de uma família (ECA - Art. 19), garantindo condições para que ela possa crescer com segurança e equilíbrio (Levinzon, 2004). Deve-se considerar que a adoção, bem como a família, é uma

criação cultural e a legislação que a regulamenta permite a criação de uma família sem que haja laços biológicos (Paiva, 2004).

A Psicologia Sócio-Histórica, que baseia o presente trabalho, parte do pressuposto que a realidade está em constante transformação, modificando e sendo modificada pelo homem. Assim acontece com o fenômeno da adoção, que tem uma origem histórica, na qual seu significado diferia do atual. A transformação da função da adoção ocorre à medida que os interesses da sociedade alteram-se, demonstrando que este não é um fenômeno inerente ao homem, mas histórico e socialmente construído para e pelo o homem, como poderá ser observado a seguir.

## 1.2 História da adoção

A adoção é conhecida desde a antiguidade e sofreu diversas transformações, acompanhando as mudanças sociais e satisfazendo as necessidades das diferentes épocas. O presente capítulo tem como objetivo demonstrar tais mudanças no decorrer da história, desde os primeiros registros da adoção, ocorridos em épocas antes de Cristo, até a configuração da atual legislação brasileira.

Camargo (2005) e Lima (2006) discutem a possível origem da adoção e chegam à conclusão de que esta surge juntamente com os primeiros agrupamentos humanos. Lima (2006) acredita que isto ocorreu a cerca de quatro milênios antes de Cristo. Camargo (2005) afirma que sua função neste momento era atender aos interesses do adotante, que geralmente não podia ter seus próprios filhos biológicos.

Segundo Lotufo (1992), inicialmente a finalidade da adoção era permitir à família uma descendência masculina que perpetuasse seus ritos religiosos e dando continuidade àquela comunidade, além do patriarca assegurar que houvesse quem praticasse os ritos fúnebres em sua memória. A adoção, então, restringia-se somente a homens, pois a mulher renunciaria sua família de origem para entrar na família de seu marido.

Lotufo (1992) cita o Código de Hamurabi<sup>1</sup>, escrito pelo rei Hamurabi, da Babilônia. Segundo Silva (2003) o Código estabelecia em alguns de seus artigos normas explícitas regulamentando a adoção. Lotufo (1992) afirma que este código estabelecia *“uma grande responsabilidade tanto para os pais consangüíneos como para os pais adotivos”* (p.09), pois determinava as obrigações e direitos tanto do adotante para com o adotado e vice-versa, quanto do pai biológico para com o filho adotado e vice-versa.

Outra fonte histórica de informação sobre a ocorrência de adoções é a Bíblia<sup>2</sup>, que relata a adoção de Efraim e Manassés por Jacó (Gênesis: 48, 5) e de Moisés por Términus (filha do faraó) (Êxodo: 2, 10), Jesus Cristo por José (São Mateus: 1, 11-24), entre outras, sendo que todos os casos ocorreram entre o povo hebreu.

---

<sup>1</sup> O Código de Hamurabi é considerado o primeiro código da história da humanidade. Este Código regulamentava diferentes aspectos da sociedade da época como as classes sociais, profissões, a condição da mulher e os crimes. (Lotufo, 1992)

<sup>2</sup> Informações retiradas da Bíblia Católica Online, disponível em: <[www.bibliacatolica.com.br/](http://www.bibliacatolica.com.br/)>

Segundo Paiva (2004),

O caso de Moisés constitui a regra e não a exceção, pois, no Egito Antigo, a escolha do faraó era realizada por um processo similar ao da adoção. Seleccionavam-se os alunos mais promissores das Escolas da Vida que, em seguida, eram adotados pela Casa Real e submetidos a um longo treinamento até que um deles, despontando como o melhor dentre todos, fosse gradativamente preparado para sagrar-se faraó. (p. 35-36)

Barone (2002) afirma que a adoção também estava presente na Grécia antiga, porém esta instituição era pouco praticada na sociedade espartana, devido à sua organização social, na qual as crianças permaneciam com suas mães apenas até seus sete anos de idade. Em Atenas, a adoção era mais praticada, porém somente envolvia aqueles considerados cidadãos, isto é, somente poderiam adotar ou serem adotadas pessoas nascidas em tal cidade.

Neste momento a adoção atendia à demanda religiosa de perpetuação da religião familiar, similar ao que acontecia na Mesopotâmia, com o Código de Hamurabi. Assim, estabelecia-se que a adoção era irrevogável a menos que deixasse um descendente seu na família adotiva ou que se comprovasse a ingratidão do adotado, sendo que este era devolvido à sua família de origem. (Barone, 2002)

Segundo Barone (2002) e Silva (2003) a adoção, apesar de ser conhecida e utilizada anteriormente, se expandiu notavelmente em Roma, recebendo uma regulamentação sistemática.

Lotufo (1992) e Lima (2006) apontam que nesta sociedade a adoção servia a diferentes objetivos, como por exemplo: a manutenção dos ritos religiosos da família; a transformação do parentesco de sangue em parentesco civil, além da mobilidade social que transformava plebeus em patrícios e vice-versa.

No direito romano, a prática da adoção era regulamentada na Lei das XII Tábuas que estabelecia a idade mínima de sessenta anos para o adotante; diferença de idade entre o adotante e o adotado de, no mínimo, dezoito anos; a ausência de filhos biológicos do adotante; além do consentimento do adotante, do adotado e do titular do pátrio poder. (Barone, 2002)

Até o período do Baixo Império romano<sup>3</sup>, não era permitido que a mulher adotasse. Esta alteração deu-se somente neste momento, porém era necessária uma autorização do Imperador e não havia a transferência do pátrio poder. (Barone, 2002).

Segundo Meira (1968, *apud* Barone, 2002) a adoção

(...) supria a morte prematura dos filhos ou a falta de filhos por infecundidade, assegurando a sucessão legal.

A sucessão, no direito antigo romano, visava não só a transmissão de bens por morte do *paterfamilias* como também à conservação, através dos tempos, do nome gentilício e do culto doméstico. (p. 11)

---

<sup>3</sup> O Baixo Império romano foi o período de decadência, ocorrido entre os séculos III e V d.C. Foi marcado por grandes crises e pela anarquia, devidas principalmente à interrupção das conquistas, arruinando a economia imperial. (Vicentino, 1997)

Lima (2006) e Silva (2003) concordam com Meira (1968 *apud* Barone, 2002) ao afirmarem que, em Roma, a adoção era uma medida voltada apenas à população impedida de procriar, servindo ao principal objetivo a que se propunha neste momento, isto é, perpetuar a família. Com relação a isso Lima (2006) aponta a adoção como um recurso utilizado apenas por famílias ameaçadas de extinção “(...) e não uma possibilidade de solucionar o problema das crianças sem família ou de pais sem filhos.” (p.15).

Na Idade Média a adoção cai em desuso, pois contrariava não somente os princípios fundamentais da Igreja, mas também desagradava aos senhores feudais (Lotufo, 1992). Vicentino (1997) cita que, no período feudal, houve alterações na organização familiar. Assim, modifica-se também o significado da adoção (Lima, 2006). Segundo este autor, a contrariedade à adoção era em decorrência basicamente de questões financeiras, pois o patrimônio das famílias sem herdeiros era administrado pelo clero ou pelo senhor feudal, dono da terra na qual a família vivia. Além disso, a Igreja passou a assegurar a vida eterna após a morte para os cristãos, invalidando os ritos religiosos praticados na Antigüidade. No entanto, na sociedade mantêm-se o objetivo de conservação da família e a solução para os casais sem filhos. Por sua vez, Barone (2002) afirma que o descontentamento com relação à prática da adoção por parte da Igreja era fundamentado no fato de que a adoção podia ser uma possibilidade de fraude às leis canônicas, pois permitia o reconhecimento de filhos de relações adúlteras ou incestuosas, proibidas pela Igreja.

Neste período os poucos adotados não possuíam os mesmos direitos que os filhos biológicos dos adotantes, diferentemente do que ocorreu em momentos anteriores na história. (Lima, 2006)

Apesar deste ser panorama geral da Idade Média, houve discrepâncias significativas entre os diferentes povos existentes, conforme nos apontam Lotufo (1992) e Barone (2002). Segundo estes autores, os povos germânicos, reconhecidamente guerreiros, utilizaram a adoção com a finalidade de garantir a perpetuação da família e continuar as guerras. Neste caso a adoção somente era autorizada às famílias que não possuíssem herdeiros. Já para os francos, a adoção era similar àquela do Direito Romano, isto é, o adotante não poderia possuir descendentes e o adotado deveria ser o sucessor dos bens da família, tal qual um filho legítimo (Barone, 2002).

Lotufo (1992) lembra que é neste momento que surge a *afiliação*<sup>4</sup>, destinada aos adotantes que tivessem filhos. O objetivo desta prática era garantir, por exemplo, igualdade nos direitos dos filhos de diferentes casamentos de um viúvo.

A Idade Média estendeu-se desde o século V até o século XV e no decorrer deste período não houve avanços com relação à prática da adoção (Vicentino, 1997). Segundo Lotufo (1992), a adoção mantêm-se em desuso até a Idade Moderna, no entanto seu objetivo não estava mais relacionado à sucessão de bens, pois esta passou a ser feita através

---

<sup>4</sup> *Afiliação* é o termo jurídico que é utilizado para denominar o vínculo que se estabelece através da adoção, entre a pessoa que adota e a criança adotada (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa online, disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=filia%E7%E3o>>. Neste momento da história, o termo *afiliação* era utilizado para a adoção feita por adotantes que já possuíssem descendentes e o termo *adoção* era utilizado para aqueles sem descendentes.

de testamentos. A partir da segunda metade do século XVI há a crescente valorização dos vínculos de sangue e da manutenção das linhagens, sendo que a adoção fica esquecida até a segunda metade do século XVII. (Barone, 2002)

Na Idade Moderna a adoção é regulamentada em três legislações: no Código, promulgado em 1683, por Christian V, na Dinamarca; no Código de Frederico (promulgado em 1751), que foi o projeto para o código prussiano; e no Codex Maximilianus, promulgado em 1756, na Bavária. Estes códigos estabelecem pela primeira vez que a adoção deveria promover vantagens para o adotante, além de regulamentar o limite mínimo de cinquenta anos para o adotante, os direitos sucessórios do adotado e da irrevogabilidade da adoção. (Barone, 2002)

No decorrer do Império de Napoleão Bonaparte (1804-1815) a adoção foi regularizada no chamado “Código Napoleônico”<sup>5</sup>. Tal medida decorreu do interesse pessoal do imperador, pois sua esposa era estéril e havia a necessidade de um descendente para o trono francês. Para garantir a sucessão do adotado, Napoleão cuidou para que o adotado possuísse todos os direitos de um filho biológico. (Lima, 2006)

Vargas (1998) afirma que os países de origem anglo-saxônica passaram a utilizar a adoção legal após a Primeira Guerra Mundial, para reorganizarem uma sociedade repleta de órfãos, devastada pela guerra.

### **1.2.1. A história da adoção no Brasil**

Segundo Barone (2002), a adoção chegou ao Brasil por meio do colonialismo português, sendo que as leis portuguesas regeram a adoção no Brasil até 1828, quando surgiu a primeira legislação brasileira sobre adoção.

Lima (2006) afirma que, no período colonial, as medidas de proteção à criança abandonada eram basicamente assistencialistas e concorda com Barone (2002) ao indicar que estas seguiam o modelo existente em Portugal.

No período colonial, a criança abandonada era chamada de “exposta” ou “enjeitada”, termos que referiam-se ao tipo de abandono no qual as crianças eram deixadas em locais públicos, principalmente igrejas e conventos, aumentando a probabilidade de que fossem recolhidas por pessoas que se dispusessem a cuidá-las. (Trindade, 1999). Segundo Gandelman (2001), o crescente número de crianças abandonadas tornou-se uma grande preocupação para o Estado no século XVIII.

Assim, criou-se uma política para diminuir a mortalidade dos expostos e aproveitá-los melhor, seja no exército ou em outros trabalhos (Gandelman, 2001). Segundo Paiva (2004) as Câmaras Municipais fizeram convênios com as Santas Casas de Misericórdia, nas quais funcionavam as Rodas dos Expostos. Ribeiro (2006) explica que a Roda dos Expostos

---

<sup>5</sup> O Código Civil Napoleônico, promulgado em 1804, foi inspirado no Direito Romano. Estabelecia, dentre outras coisas, as conquistas burguesas, a igualdade do indivíduo perante a lei, o direito de propriedade, a proibição da organização de sindicatos e a escravidão nas colônias. Este código exerceu uma grande influência em toda a Europa, tornando-se a diretriz legal do Ocidente capitalista. (Vicentino, 1997)

consistia em um cilindro de madeira, instalado em uma parede ou muro com abertura de um único lado, voltada para a rua, no qual a pessoa colocava o recém-nascido envolto em panos e rodava o cilindro deixando a abertura para dentro da instituição. Borrione e Chaves (2004), Trindade (1999) e Minella (2006) afirmam que em 1726 é implantada na Bahia a primeira Roda dos Expostos ou dos Enjeitados, tendo esta prática se expandido gradativamente para outros estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Segundo Martins (1998), a Roda dos Expostos era instalada em orfanatos e instituições religiosas, para que as crianças pequenas pudessem ser deixadas de forma a manter o anonimato de quem as abandonava. Com o crescente número destas crianças, criaram-se grandes orfanatos, patronatos e seminários, mantidos principalmente por religiosos.

As crianças abandonadas na Roda dos Expostos permaneciam de um a dois meses nas Santas Casas nas quais foram abandonadas, depois, se não fossem adotadas ou procuradas por suas famílias, eram enviadas a amas de leite, pagas pelas Santas Casas, que as criavam em suas casas até os sete anos de idade. Depois, buscavam-se casas de família que as recebessem como aprendizes de algum ofício ou empregadas domésticas. Os meninos que não eram adotados por tais famílias iam para o exército e as meninas para as Casas de Recolhimento, onde recebiam dotes para o casamento (Minella, 2006).

Lima (2006) expõe a prática da adoção até o início do século XX:

(...) os casais sem filhos buscavam as Rodas dos Expostos para obterem uma criança para criar, perfilhar ou adotar (...). Essas soluções (...) marcam a história da assistência à criança abandonada no Brasil, pois, ao contrário de outros países, (...) as famílias brasileiras cultivaram o hábito de criar filhos alheios (...) sem qualquer documentação ou formalização.

Siqueira e Dell'Aglio (2006) afirmam que a forma de assistência iniciada com a Roda dos Expostos em 1726 multiplicou-se no período imperial e manteve-se durante a República, sendo extinta definitivamente no ano de 1950. Segundo Paiva (2004), desde a chegada dos portugueses ao Brasil até meados do século XIX, a assistência às crianças abandonadas tinha um caráter caritativo, isto é, aqueles que tinham melhores condições financeiras auxiliavam os mais pobres.

Barone (2002), Lima (2006), Silva (2003) e Lotufo (1992) discutem as legislações que regulamentaram a adoção no decorrer da história do Brasil. A primeira a estabelecer o processo para a adoção foi a Lei de 22 de setembro de 1828. Barone (2002) aponta que esta determinava que o processo de adoção seria composto por quatro etapas: pedido ao juiz; coleta de informações sobre os interessados; audiência com os mesmos e a sentença de deferimento/ indeferimento. O objetivo da lei acima referida, segundo Lima (2006), era solucionar o problema das famílias sem filhos, no entanto, segundo esta legislação, a adoção era revogável e não anulava os vínculos entre o adotado e sua família biológica.

Silva (2003) e Barone (2002) afirmam que somente em 1916, com a promulgação do Código Civil brasileiro houve uma verdadeira sistematização da instituição da adoção. Com relação à adoção, o enfoque principal era possibilitar a realização do desejo do

adotante em ter um filho (Barone, 2002). O Código Civil de 1916 determinava que a adoção somente poderia ser realizada por homens ou mulheres no pleno gozo de sua capacidade civil, desde que tivessem mais de cinquenta anos de idade e não tivessem filhos biológicos ou que estes já tivessem falecido. (Lotufo, 1992) Tal Código estabeleceu também que o adotado poderia ter qualquer idade, desde que houvesse uma diferença mínima de dezoito anos entre este e seu adotante, além da necessidade do consentimento do adotado, quando maior de idade, ou de seu pai ou tutor, se menor (Barone, 2002). Este autor, comentando o Código Civil de 1916, afirma:

Quando o projeto do Código Civil foi discutido, as opiniões eram extremamente divergentes, pois alguns salientavam suas virtudes e outros suas desvantagens. A verdade é que a adoção não apresentava a penetração esperada (...).

A Lei 3.133 de 1957 foi assinada pelo presidente brasileiro Juscelino Kubitschek, que havia adotado, juntamente com sua esposa, Sara Kubitschek, uma criança. A legitimação da adoção de Maria Estela somente aconteceu com a aprovação desta lei. (Lima, 2006) Segundo Lotufo (1992), esta lei procurou facilitar o processo de adoção, atendendo principalmente aos interesses do adotante. No entanto, nota-se uma discordância entre autores, uma vez que Barone (2002) coloca que tal lei priorizava o interesse do adotado, favorecendo-lhe o desenvolvimento.

Lima (2006) e Lotufo (1992) concordam que as modificações propostas pela Lei 3.133 de 1957 tinham como objetivo incentivar a prática da adoção. Dentre as alterações feitas encontram-se: a diminuição para a idade mínima de trinta anos para o adotante; a diferença de idade entre esse e o adotado deveria ser de pelo menos dezesseis anos e os adotantes poderiam ter filhos, ainda que, nesses casos, o adotado não teria direito à herança.

A Lei 4.665 de 1965 trouxe algumas mudanças no processo de adoção, como a possibilidade do adotante ser viúvo ou desquitado. (Lima, 2006) Além disso, Barone (2002) e Lima (2006) citam que a irrevogabilidade da adoção é registrada nesta lei e, desde então, o adotado recebe o *status* de filho legítimo do adotante, porém manteve-se a diferenciação entre filhos biológicos e adotados com relação à herança.

Lotufo (1992) nos explica que antes do deferimento da adoção, a Lei 4.665 de 1965 estabelecia um estágio de convivência, isto é, o adotado deveria ficar pelo menos três anos sob a guarda dos candidatos a adotantes.

A adoção passou a ser regida em 1916 pelo Código Civil, promulgado no mesmo ano, e, em 1979, o Código de Menores passou a complementar tal legislação. Com relação a estas leis, Silva (2003) declara: “*O primeiro diploma legal se aplicava à adoção de adultos, bem como a adoção de menores em situação regular. O segundo diploma, por sua vez, disciplinava a adoção de menores em situação irregular.*” (p.26)

Com relação à adoção de crianças menores do que sete anos de idade, o Código de Menores definia a necessidade de um estágio de convivência um sem prazo pré-estabelecido, sendo que a dispensa ficava a critério do juiz. (Lotufo, 1992). Este autor percebe a importância deste período de convivência e afirma: “*Andou bem o legislador,*

*mantendo o estágio de convivência, pois é através dele que se percebe se a criança tem condições ou não para uma perfeita integração à família adotiva” (p.29)*

A adoção plena, estabelecida pelo Código de Menores para crianças menores de sete anos em situação irregular, era irrevogável e, ainda que nascessem filhos dos adotantes, todos teriam os mesmos direitos e deveres. Este posicionamento superou as restrições da Lei 4.665 de 1965, com relação à diferenciação entre filhos biológicos e adotados. (Barone, 2002)

A adoção simples, destinada a crianças em situação regular ou maiores de sete anos em qualquer situação, era regida pelo Código Civil de 1916. Isto significa que a adoção era revogável por vontade dos adotantes ou do adotado ou pelos mesmos motivos que levam um filho biológico à deserção. O adotado também não tinha direitos sucessórios quando havia filhos biológicos do adotante.

Segundo Silva (2003), a adoção é inserida no âmbito da proteção à vida do indivíduo com o advento da Constituição Federal de 1988, isto é, a perda do poder familiar e a inserção do menor no seio de uma família substituta teriam como objetivo principal proteger a vida deste. Além disso, a Constituição Federal impediu a diferenciação de tratamento entre filhos biológicos e adotivos e regulamentou a adoção de crianças brasileiras por estrangeiros.

Barone (2002) coloca que o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990) revoga o Código de Menores e reafirma a posição da Constituição Federal de proteção à vida, porém foca-se nas crianças e adolescentes, instituindo-os como sujeitos de direito. Lima (2006) afirma que a partir da concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente, passou-se a “*procurar uma família para uma criança e não mais uma criança para uma família*” (p.19).

Complementando a visão de Barone (2002), Silva (2003) relata que o ECA (1990) somente regula a adoção de menores de 18 ou 21 anos, e que a adoção de adultos permanecia a cargo do Código Civil de 1916.

Este panorama altera-se quando entra em vigor o atual Código Civil (2002) que trata da adoção de crianças, adolescentes e adultos. Contudo, Silva (2003) aponta algumas lacunas existentes no Novo Código Civil, relacionadas à adoção:

(...) o legislador deixou de lado vários assuntos importantes, até então regulados expressamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, tais como: a) a irrevogabilidade da adoção (ECA, art. 48); b) impossibilidade de o adotando ser adotado por seus ascendentes ou irmãos (ECA, art. 42, § 1º); c) vedação de alguém adotar por procuração (ECA, art.39, parágrafo único); d) necessidade de a adoção ser precedida de estágio de convivência (ECA, art. 46); e) não restabelecimento do poder familiar em razão da morte dos adotantes (ECA, art. 49); f) inscrição do adotante no cadastro de pretendentes à adoção; g) inscrição da sentença de adoção no registro civil (ECA, art. 47, *caput*); h) excepcionalidade da adoção internacional (ECA, art. 31). (p. 28-29)

## CAPÍTULO 2

### A criança na família e na sociedade

O papel desempenhado pela criança na família e na sociedade foi modificado em diversos momentos da história, cumprindo múltiplas funções (Ariès, 1986). O presente capítulo tem como objetivo resgatar tais funções com a finalidade de compreender o papel atual da criança em nossa sociedade, na família brasileira.

Ariès (1986) e Santos (1996) estudam, cronologicamente, a formação do sentimento de infância. Estes autores apontam para as notáveis mudanças no tratamento dispensado às crianças e o espaço que elas ocupam na sociedade. Assim, Santos (1996) destaca, em sua análise, a importância de entender a infância como uma construção “*histórica, científica e sociológica*” (p. 4). Com relação a isto, Paro e Machado (2001) afirmam:

Historicamente, a família é permeada por relações que envolvem a propriedade, o poder e a dominação. Por isso, não pode ser conceituada, mas descrita em diferentes momentos históricos e em diferentes circunstâncias. E, na hierarquia familiar, a criança, em seu processo de formação, está em situação de vulnerabilidade, sob dependência física, social e econômica de pais ou responsáveis (...) (p.53)

Monteiro (2001) também aponta a importância de compreender a infância como uma construção histórica e social, não a considerando inerente ao homem:

Ao falar em infância, duas representações imediatas vêm à mente. A primeira é a infância algo natural, abstrato e absoluto, algo que sempre existirá da forma como a entendemos hoje. A segunda é a idéia de infância como substrato da sociedade, ou seja, algo que expressa (...) a continuidade da existência humana. A construção ideal e imaginária da criança visa a retirar de cena uma compreensão objetiva da infância, negando a sua historicidade, as diferenças sociais (...). Não se está negando a sua função de renovação da sociedade, de continuidade da existência humana (...). Está nela a possibilidade de uma transformação social (...). (p. 133)

Segundo Ariès (1986), na Idade Média, do século III até o século XII, a concepção de infância não existia. A criança era uma miniatura do adulto, com as mesmas funções e responsabilidades. O tratamento dispensado à criança era diferenciado apenas enquanto ela não possuísse condições de se cuidar sozinha, ou seja, referia-se exclusivamente aos bebês. No entanto, tal cuidado não deve ser confundido com a concepção de infância, conforme aponta o autor:

Na sociedade medieval (...) o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto. Essa consciência não existia. (p. 156)

Passada esta fase de dependência, a criança, agora com seis ou sete anos, ingressava no mundo adulto. Com relação a esta passagem, Ariès (1986) afirma:

(...) a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude (...) (p.10)

A infância, neste período, era marcada pelo que Ariès (1986) chamou de “paparicação”: a criança pequena tinha todas as atenções dos adultos que conviviam com ela. Porém esta atenção não deve ser confundida com afeto, pelo contrário, a criança era vista “*como com um animalzinho, um macaquinho impudico*” (p.10), facilmente substituível por outra criança, em caso de morte.

O papel desempenhado pela criança nesta família era conservar os bens familiares e trabalhar no mesmo ofício que seus pais, reproduzindo a estrutura social. A criança era mantenedora do equilíbrio familiar, mas isto não significa que havia sentimentos entre os cônjuges e entre pais e filhos (Ariès, 1986). Segundo Martins e Szymanski (2004) a criança era um grande sacrifício para a família, sendo, então, uma prática corriqueira o abandono, físico ou moral. Além disso, aquelas que eram mantidas na família eram cuidadas por criados, pois a função de cuidar de crianças era considerada inferior.

Ariès (1986) afirma que somente por volta do século XIII surgem registros mais próximos da concepção moderna de infância. Santos (1996) afirma que é nesta época que surge a possibilidade de envolvimento emocional entre pais e filhos e a infância começa a ser vista como uma fase diferenciada da vida.

Neste momento, torna-se oportuno apontar que Santos (1996) reconhece a importância do trabalho de Ariès (1986), como um estudo pioneiro no levantamento histórico da infância e, como tal, possui uma grande influência em estudos posteriores. No entanto, discorda de algumas de suas colocações, como, por exemplo, a inexistência da concepção de infância nas sociedades medievais.

Segundo Santos (1996), o sentimento de infância já existia no início da Idade Média, porém era diferente da concepção moderna de infância. O autor afirma que, neste período, havia a caracterização da infância como uma idade específica da vida, perceptível em documentos médicos, que enfatizavam sua fragilidade e vulnerabilidade física, em documentos legais, que apontavam o status ocupado pela criança na sociedade e em documentos religiosos, voltados para a especificidade da sua educação.

Assim, Hutton (1981 *apud* Santos, 1996) aponta:

não é que o homem medieval não tinha concepção de infância. O que ele não tinha era idéia da ligação entre desenvolvimento da mentalidade da criança e do adulto (p.82).

Santos (1996), baseado nas obras de DeMause (1974)<sup>6</sup> e Gélis (1991)<sup>7</sup>, afirma que no século XIV se inicia uma maior preocupação por parte das famílias com relação às crianças. Ao mesmo tempo em que elas ganhavam espaço na convivência familiar, havia a preocupação com sua sobrevivência, principalmente nos primeiros anos, devido à alta taxa de mortalidade infantil. Este autor aponta que é apenas na transição do século XIV para o

---

6 DeMAUSE, Lloyd (ed.) *The history of childhood*. New York: The Psychohistory Press. 1974

7 GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe, e CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada – Da Renascença ao Século das Luzes*, vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras. 1991

século XV<sup>8</sup> que a infância ganhou status de “fase da vida”, merecendo um cuidado especial por parte do universo adulto. Criaram-se, então, as instituições educacionais.

Ariès (1986) e Pacheco (2001) atribuem as mudanças no panorama da situação infantil ao advento dos movimentos de Reforma e Contra-Reforma, ocorridos no século XVI. Tais movimentos teriam exaltado e difundido a idéia de que a alma da criança era imortal. Assim, segundo tais autores, é neste momento em que a criança deixa de ser uma miniatura de adulto e um novo sentido lhe é atribuído: as crianças começam a ser consideradas frágeis, ameaçadas, inocentes e corruptíveis, sendo necessário um cuidado diferenciado. Desta forma, a partir do século XVII surge a necessidade de separar as crianças do mundo adulto, preparando-as para tal contato (Ariès, 1986). As crianças começaram, então, a ser agrupadas em um ambiente especialmente preparado para elas, a escola, que tinha como objetivo ensinar-lhes tudo aquilo que seria necessário para sua inserção na sociedade (Ariès, 1986 e Pacheco, 2001).

Pacheco (2001) afirma que, neste contexto,

As crianças foram sentimentalizadas, é a época da inocência juvenil. Quando pessoas jovens são tratadas como qualitativamente diferentes das mais velhas, quando são consideradas inocentes em lugar de marginalizadas, elas tendem a ter as características que lhes são atribuídas.

Ariès (1986) aponta que a afeição, primeiramente dispensável nas relações familiares, torna-se elemento essencial entre os cônjuges e entre pais e filhos. Os pais começaram a se interessar pela criação e educação das crianças, agora considerados suscetíveis à malícia dos adultos. Santos (1996) indica um novo elemento para a compreensão da criança do século XVII: embora a relação entre as crianças e seus pais tivesse sofrido uma alteração notável, conforme explicado por Ariès (1986), este autor acredita que a criança ainda era vista como um objeto ou “mascote superior” (p. 48).

Foi somente no final do século XVII e início do século XVIII que se desenvolveram livros, roupas e brinquedos especialmente para as crianças (Santos, 1996).

Segundo este autor, no século XVIII ocorreu o movimento do Iluminismo<sup>9</sup>. Neste momento surgiram diversos filósofos, com novas concepções de homem, interferindo diretamente na concepção moderna de infância. Dentre os filósofos iluministas pode-se citar John Locke, que acredita que o homem nasce como uma “tábua rasa” e que sua capacidade intelectual se desenvolve mediante à estimulação, e Jean-Lacques Rousseau, cuja teoria era baseada na crença no “bom selvagem”, ou seja, o homem nasce naturalmente bom e a sociedade o corrompe (Vicentino, 1997).

Assim, segundo Santos (1996), a infância torna-se um período específico da vida do ser humano, sendo que surgem leis regulamentando aspectos da infância, demonstrando o

---

8 Segundo Vicentino (1997), este período é de transição entre a Idade Média e Idade Moderna (por volta de 1453 d.C.)

<sup>9</sup> Vicentino (1997) explica que o Iluminismo, também conhecido como “século das luzes”, teve como motivação principal o anseio dos intelectuais por liberdade e pelo rompimento com o Antigo Regime. Eles anunciavam um mundo contemporâneo, com uma nova proposta de Estado, novos valores e o crescente desenvolvimento científico e cultural.

crescente interesse do Estado pelas crianças. As famílias passam a tratá-las com compaixão e paciência; a sociedade começa a ser organizada para favorecer o desenvolvimento infantil, isto é, há um aumento no número de escolas; surgem novas práticas educativas e há o início da medicina infantil. Deve-se considerar, no entanto, que essa mudança de mentalidade não ocorreu de forma repentina e generalizada. Primeiro foi adotado pelas camadas mais altas da sociedade e, somente mais tarde, pelas camadas mais baixas.

A partir do século XIX, segundo Ariès (1986),

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. (p.12)

Santos (1996) observa que no século XIX há uma discussão entre estudiosos sobre as práticas educativas mais adequadas às crianças: de um lado, os especialistas apontavam as conseqüências danosas do excesso de carinho e, de outro, os pais e professores retomavam os antigos métodos educativos, baseados na inflexibilidade e brutalidade. Ao mesmo tempo, o Estado continua, como no século anterior, estabelecendo políticas específicas para as crianças.

No século XX houve uma grande mudança nas atitudes dos adultos em relação às crianças: a sociedade começou a se preocupar com seu desenvolvimento não somente físico, mas também intelectual e social, acarretando uma maior permissividade na sua criação (Santos, 1996).

## 2.1 A história da infância no Brasil

A história da família e da criança no Brasil está vinculada com a história do país, composta por grupos dominantes e dominados. A organização familiar, segundo a publicação "Famílias de Crianças e Adolescentes: Diversidade e Movimento"<sup>10</sup> está "*relacionada às condições de vida e trabalho dos grupos*", assim, a

articulação entre sistemas produtivos e estruturas familiares é vista como essencial, pois estruturas e relações familiares têm influência sobre a atividade econômica das mulheres e dos homens. Por outro lado, a atividade econômica também pode ter incidência sobre as relações familiares. (p.13)

Monteiro (2001) complementa a publicação acima citada e reafirma a historicidade da concepção de infância: "*a infância é tratada de acordo com os interesses dos estratos dominantes da sociedade e com o nível de exploração em que se encontram os trabalhadores*" (p.144)

Segundo esta autora, a história da infância no Brasil está relacionada com a forma de exploração e colonização do Novo Mundo. Assim, a vinda dos jesuítas ao Brasil trouxe consigo a visão da criança feita à imagem de Deus, porém corruptível, que precisava ser

---

<sup>10</sup> AMAS. Famílias de crianças e adolescentes: diversidade e movimento. Belo Horizonte, 1995.

salva e protegida. Inicia-se, então, a catequização das crianças indígenas, baseada na disciplina, castigos e pouco mimo, pois o contrário, segundo o modelo vigente na Europa, era a causa da perversão. Monteiro (2001) aponta para as conseqüências sociais desta prática:

O trabalho de catequese das companhias religiosas não apenas promoveu a aculturação do povo nativo, preparando terreno para a instituição da mão-de-obra escrava, como inscreveu na população brasileira formas tirânicas de concepção de infância (p.145).

Desta forma, a escravidão configurou-se de modo específico no Brasil, trazendo implicações nas relações sociais.

Na visão de Ribeiro (2006), os primeiros registros da história da infância no Brasil referem-se ao Período Colonial. Neste momento, do final do século XVI até meados do século XVII, predominava no Brasil a economia açucareira (Koshiha e Pereira, 1996). Ribeiro (2006) afirma que a autoridade total pertencia aos senhores de engenho, representantes das classes mais altas da sociedade, que estabeleciam as normas seguidas, isto é, a sociedade era regida por um sistema patriarcal.

Kishimoto (2003), ao estudar as representações sociais sobre criança e adolescente no Brasil, aponta dois grupos de crianças durante o Período Colonial: o chamado "menino de engenho", pertencente à classe alta da sociedade, e o "moleque", criança escrava ou filha de escravos. A autora afirma que, nas brincadeiras conjuntas estas crianças, pertencentes a camadas diferentes da sociedade, já reproduziam a relação socialmente estabelecida. Aos sete anos de idade, a criança escrava iniciava seu trabalho e o filho do senhor de engenho possuía mais alguns anos de infância, preparando-se para a vida adulta. Deste modo, percebe-se que a infância era vivida pelas crianças de acordo com a classe social em que estava inserida.

No Período Colonial, a criança, filha do senhor de engenho, era criada dentro de uma disciplina extremamente rígida e baseada em punições físicas, segundo a vertente educacional européia (Leite, 1997 e Monteiro, 2001). Leite (1997) afirma que tais punições repercutiam nas relações das crianças brancas com outros membros da sociedade. Assim, aprendiam a ser subservientes e obedecer ao senhor de engenho, e, ao mesmo tempo, dominadoras com outras crianças e escravos, exercendo o poder que possuíam.

Monteiro (2001) aponta que a duração da infância, no período escravagista, era reduzida. No entanto, a autora nota que havia diferenças entre a infância negra e a branca, conforme já foi apontado por Kishimoto (2003): aos sete anos a criança negra começava a participar dos trabalhos escravos, tornando-se clara sua situação de inferioridade social; já a infância branca durava até, por volta de 12 anos, para as meninas, e 14 anos para os meninos.

As crianças brasileiras, tanto brancas como negras, eram ensinadas principalmente por suas mães, vistas como "*mestras naturais*". As mulheres, mães ou escravas, se encarregavam dos ensinamentos específicos das meninas, já os pais se preocupavam com a criação dos meninos. A partir de uma certa idade, os professores eram inseridos no

convívio das crianças das classes altas, reforçando os padrões sociais e ensinando-lhes seu papel na sociedade (Leite, 1997).

Este período é marcado pela alta taxa de mortalidade infantil causada pelas mais diversas doenças, alimentação imprópria, contágio pelas moléstias infecciosas das escravas amas-de-leite, etc (Ribeiro, 2006). Leite (1997) cita o relato do viajante John Luccock<sup>11</sup>, que complementa esta informação a partir da visão da época: “*Muitas se vão por causa de maneiras impróprias de tratar, de negligência, ou indulgência danosa (...). Deve-se levar também em conta a idade prematura em que as pessoas novas deixam de ser consideradas como crianças.*” (Luccock, 1810-1817 *apud* Leite, 1997).

A Igreja Católica, frente a necessidade de conter o sentimento de perda da família pela morte da criança, aponta como solução a retomada da “*associação medieval européia de crianças com os anjos (...) na criação da figura do filho que, ao morrer, puro e inocente, tornava-se um anjinho do Senhor que ia para o céu*” (Ribeiro, 2006).

A Lei do Ventre Livre (1871) altera o panorama da sociedade brasileira, interferindo nas relações entre as diferentes classes. Esta lei determinava que todas as crianças nascidas no Brasil, filhas de escravos ou não, seriam livres. Tal determinação causou o seguinte problema: as crianças negras, antes vistas pelos senhores de escravos como um “investimento”, pois quando crescessem trabalhariam de graça, tornaram-se um gasto desnecessário. Esta visão promoveu o aumento do abandono de crianças (Leite, 1997). Com relação a este ponto, a autora aponta o relato de Ina Von Binzer<sup>12</sup> (feito em 1881, porém publicado somente em 1956): “*Os pretinhos nascidos agora não têm nenhum valor para seus donos, senão o de comilões inúteis. Por isso não se faz nada por eles (...) porque, mais tarde, nada renderão.*” (p.35)

O início da República, a libertação dos escravos (em 1888) e a chegada dos imigrantes europeus alteraram definitivamente a organização da sociedade brasileira. Segundo Freitas (1997), esse período foi caracterizado pela valorização da infância, pois a criança era vista como a herdeira do novo regime de governo. Ao mesmo tempo, Ribeiro (2006) afirma que a população de baixa renda, o número de desempregados e desocupados (sem ocupação), o número de crianças pelas ruas aumentaram consideravelmente. A elite defrontou-se com uma realidade muito distante da sua, o que causou “*sentimentos ambivalentes de pena e repulsa, paternalismo e repúdio*”. Os médicos começaram a se preocupar com as classes mais pobres, o que era, até então, exclusivo das classes mais privilegiadas economicamente.

Neste momento abre-se espaço na sociedade para uma nova classe social: a burguesia. Esta classe aumenta seu domínio gradativamente, ocupando a posição antes ocupada pelos senhores de engenho. O século XIX foi marcado pelo avanço da medicina, fazendo os higienistas perceberem que as causas da mortalidade infantil estavam

---

<sup>11</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975.

<sup>12</sup> BINZER, Ina Von. *Alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil*. Trad. Alice Rossi e Lusita da Gama Cerqueira. São Paulo, Anhembi, 1956.

relacionadas às práticas predominantes na sociedade colonial, organizada para satisfazer as necessidades dos adultos (Ribeiro, 2001).

Segundo Ribeiro (2001), uma das práticas assistencialistas criadas para atender as crianças das classes baixas era a Roda dos Expostos<sup>13</sup>. A partir da segunda metade do século XIX surgem também os primeiros jardins de infância e as primeiras creches no Rio de Janeiro, na Bahia e em São Paulo.

No século XIX, principalmente a partir de sua segunda metade, a medicina se torna mais científica, aumentando sua influência na sociedade. Assim, é a partir do progresso científico que se estabelecem novas práticas consideradas mais adequadas para o desenvolvimento infantil. Ribeiro (2001) afirma que

a urbanização do Brasil e a consolidação dos ideais higienistas [são] responsáveis por toda uma ideologia nascente, que passará a determinar uma nova conduta social, novos costumes e novos padrões de comportamento, culminando nas modificações que serão verificadas na organização da família brasileira, que pouco a pouco vai extinguir muitas das práticas coloniais danosas à infância.

A criança ganha espaço na organização familiar e na sociedade à medida que os higienistas começam a considerá-las como o “futuro da sociedade”. Tudo o que se referia à criança passou a ser baseado nos referenciais médico-higienistas, sendo uma forma de controle de qualidade. (Ribeiro, 2001)

Segundo Ribeiro (2001), pode-se dizer que os ideais do século XIX influenciaram diretamente três setores diretamente relacionados às crianças: a mortalidade infantil, a educação e a sexualidade infantil.

A mortalidade infantil foi reduzida com a emergência dos conhecimentos sobre as causas das doenças e suas curas, alterando medidas de higiene principalmente no seio familiar e na escola. Já na educação, os médicos-higienistas acreditavam que a formação moral, física e intelectual das crianças seria mais completa e adequada em colégios internos, estimulando a separação das crianças de sua família para serem criadas por pessoas especializadas. Assim, os pais abdicam da criação das crianças, delegando esta função a especialistas. (Ribeiro, 2001).

A partir de 1930, começou-se a exigir da família uma postura adequada às doutrinas sanitárias vigentes na época para que seus integrantes fossem saudáveis. Desta forma, as alterações inicialmente dirigidas à infância, alteraram a organização familiar e da sociedade, transformando a antiga família colonial na nova família nuclear burguesa.

As práticas assistencialistas do século XX destinadas às crianças, até 1927, eram mantidas por iniciativas privadas e entidades filantrópicas. Somente quando foi promulgado o Código de Menores<sup>14</sup> a responsabilidade pela assistência à infância foi transferida para o Estado.

---

<sup>13</sup> Para maiores explicações sobre a Roda dos Expostos, vide Capítulo 1.

<sup>14</sup> Vide Capítulo 1: Definição e História da Adoção.

A partir do que foi discutido até o momento, fica claro que o sentimento de infância foi sendo criado e modificado conforme se alteraram as condições socioculturais. Assim,

A compreensão do desenvolvimento infantil deve ser retirada do círculo estreito da relação indivíduo-família para ser reavaliada na dinâmica de relações entre indivíduo-família-sociedade. (...) não se trata de disciplinar famílias para adotarem um único modelo de organização, mas de conseguir estabelecer um diálogo entre as formas existentes de família e a sociedade. (AMAS, 1995, p.24).

Pode-se concordar, então, com Leite (1997), Santos (1996) e Monteiro (2001) que compreendem a infância como um fenômeno construído social, cultural e historicamente.

## CAPÍTULO 3

### Pressupostos Teóricos e Metodológicos

#### 3.1. Psicologia Sócio-histórica

A Psicologia se constitui como ciência num momento de grandes mudanças nos âmbitos político, social e econômico: a transição do sistema feudal para o sistema capitalista. Tais transformações implicam em alterações nas concepções de homem e mundo presentes na sociedade feudal, tornando-as mais adequadas à nova realidade (Gonçalves, 2001).

Neste contexto, no ano de 1875, Wundt propõe uma Psicologia baseada nos fundamentos da ciência moderna, caracterizada por ser positivista, racionalista, mecanicista, associacionista, atomista e determinista. Desta forma, o homem era visto sob a perspectiva mecanicista, que possuía um funcionamento próprio, passível de ser observado e conhecido, e determinista, na qual existiria um homem apriorístico (Bock, 2001).

Segundo Bock (2001), a Psicologia apresentada por Wundt trazia consigo as dicotomias interno-externo, psíquico-orgânico, natural-social, etc, levando-o a indicar a presença de duas psicologias: a Psicologia Experimental e a Psicologia Social. Assim, os seguidores de Wundt optaram por uma destas, originando as diferentes vertentes da Psicologia. No entanto, a autora aponta que nenhuma abordagem conseguiu superar as dicotomias presentes na proposta de Wundt.

A Psicologia Sócio-Histórica surge como uma nova proposta teórica, filosófica e metodológica, baseada na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski (1896-1934) e fundamentada no materialismo histórico e dialético, com o objetivo de superar as dicotomias presentes na concepção do fenômeno psicológico. (Bock, 2001).

Bock (2001) nos explica o método materialista histórico e dialético:

“Em síntese, o método materialista histórico e dialético caracteriza-se por:

- uma concepção materialista, segundo qual a realidade material tem existência independente em relação à idéia, (...) existem leis na realidade, numa visão determinista; e é possível conhecer toda a realidade e suas leis;
- uma concepção dialética, segundo a qual (...) a contradição e sua superação são a base do movimento de transformação constante da realidade (...);
- uma concepção histórica, segundo a qual só é possível compreender a sociedade e a história por meio de uma concepção materialista e dialética (...)” (p. 33/34)

Nesta perspectiva, parte-se do pressuposto de que o homem, bem como a realidade, estão em constante transformação e, portanto, há um movimento, que segue as leis da dialética: há a superação do antigo pelo novo, num processo contínuo, no qual as

características anteriores à transformação não desaparecem, mas compõem as novas características, formando um movimento em espiral.

Destarte, no âmbito da concepção histórica materialista dialética, a história exerce um papel fundamental. Ela é mais do que o “pano de fundo” para as relações sociais, é o resultado da ação dos homens, das relações sociais, que através do trabalho a constrói.

É neste processo dialético que o homem se constitui historicamente. A partir da transformação da natureza, produz sua existência, bens materiais (objetos) e bens espirituais (idéias) (Gonçalves, 2001).

Bock (2001) aponta que, nesta perspectiva, o homem é concebido como social, ativo e histórico. Assim, é inserido na sociedade, através do trabalho, que o homem produz sua vida material, suas idéias e conhecimentos. Estes, por sua vez, mudam a realidade em que estão inseridos e, portanto, modificam o próprio homem. (Gonçalves, 2001).

Assim, o sujeito está sempre inserido num mundo histórico, cultural e social e durante toda a sua vida, desde a infância, internaliza elementos deste mundo através da simbolização. Esta internalização é a subjetivação do mundo objetivo, isto é, o social e objetivo constituem o sujeito e são por ele constituídos, num processo dialético e contínuo, sem, no entanto, os elementos se perderem uns nos outros (Aguiar, 2001b). Portanto, para Vigotski (1998a), os chamados fenômenos psicológicos são resultado da constituição social do indivíduo, na qual o processo interpessoal (ocorre no nível social, entre pessoas) transforma-se em intrapessoal (ocorre no nível individual, no interior do sujeito), por meio das mediações sociais.

Segundo Gonçalves (2001),

Dentre essas mediações, a linguagem é a que melhor representa a síntese entre objetividade e subjetividade. Isso porque o signo é, ao mesmo tempo, produto social que designa a realidade objetiva; construção subjetiva compartilhada por diferentes indivíduos através da atribuição de significados; e construção subjetiva individual, que se dá através do processo de apropriação do significado social e da atribuição de sentidos pessoais (p.50)

Antes de prosseguir com a explanação da função da linguagem como mediadora do processo de internalização, torna-se necessário entender a definição de signo e instrumento.

Como já foi explicado acima, o homem modifica seu mundo ao mesmo tempo em que esta o modifica. Os instrumentos e signos surgem como mediadores para a realização de uma determinada atividade, ou seja, como auxiliares na transformação da natureza. No entanto, segundo Vigotski (1998a) há uma diferença fundamental entre o instrumento e o signo:

A função do instrumento é servir como um condutor da influência humana sobre o objeto da atividade; ele é orientado *externamente*; deve necessariamente levar a mudanças nos objetos. Constitui um meio pelo qual a atividade humana externa é dirigida para o controle e domínio da natureza. O signo, por outro lado, não modifica em nada o objeto da operação psicológica. Constitui um meio da atividade interna dirigido para o controle do próprio indivíduo; o signo é orientado *internamente*. (p. 72-73)

Este autor ainda ressalta a influência do uso de mediadores nas operações psicológicas:

o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividade em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar. Nesse contexto, podemos usar o termo *função psicológica superior*, ou *comportamento superior* com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica. (p.73)

O homem, por ser ativo e produtor de sua própria existência, interfere em seu desenvolvimento utilizando inicialmente signos externos como mediadores de sua atividade. Assim, torna-se possível a internalização dos meios de adaptação social (John-Steiner e Souberman, 1998).

Segundo Vigotski (1998a), internalização é a reconstrução interna de uma operação externa. No entanto, este processo é mais do que a simples transposição do exterior para o interior, mas envolve a transformação de um processo social em individual, de externo em interno, além de informações individuais complementares, que dão sentido à informação internalizada.

Dito isto, pode-se retomar a questão da linguagem como a principal mediadora da atividade humana.

Aguiar (2001a) afirma que as palavras são signos e, portanto, são um ponto de partida para a constituição da subjetividade. No entanto, a palavra por si só não diz nada, é necessário que esta palavra tenha significado, pois, como afirma Vigotski (1998b) “*Uma palavra sem significado é um som vazio; o significado, portanto, é um critério da ‘palavra’, seu componente indispensável*” (p.150). Tendo o significado tal relevância, este autor o considera a unidade de análise do pensamento verbal.

Vigotski (1998b) discute o significado como um fenômeno da fala e do pensamento, explicando a dificuldade de separar estes dois processos: ao verificar a necessidade de significado para existir a palavra, o considera um fenômeno da fala, contudo, o significado de uma palavra é uma generalização ou conceito e, portanto, é um fenômeno que pertence ao pensamento. Assim,

O significado das palavras é um fenômeno do pensamento apenas na medida em que o pensamento ganha corpo por meio da fala, e só é um fenômeno da fala na medida em que esta é ligada ao pensamento, sendo iluminada por ele. *É um fenômeno do pensamento verbal ou da fala significativa – uma união da palavra e do pensamento.* (grifo do autor – Vigotski, 1998b, p. 151)

Segundo Vigotski (1998b) a relação entre pensamento e palavra é um processo contínuo de transformações de pensamentos em palavras e vice-versa. No entanto, deixa claro que este movimento não é a simples expressão de pensamentos em palavras, mas é somente pelas palavras que ele passa a existir, é a relação estabelecida entre o pensamento verbal e a fala significativa. Este processo é mediado pelo sentido.

O sentido é mais amplo do que o significado, possui uma relação maior com a história subjetiva do indivíduo e refere-se à mediação entre sujeito e sociedade. Vigotski

(1998b) o define da seguinte forma: “*a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência*” (p.181).

Percebemos que além do sentido ser mais abrangente do que o significado, é ainda mais flexível e instável. O significado também não é permanente, ele se altera no decorrer do tempo, bem como a realidade histórica que o produz. Apesar desta diferenciação, Vigotski (1998b) nos informa que ambos pertencem a uma mesma unidade, o significado está contido no sentido, porém um não é o outro.

Aguiar (2001b) lembra que a emoção é um elemento constitutivo da consciência, juntamente com a linguagem e o pensamento. Os sentidos subjetivos e suas determinações trazem consigo a dimensão emocional, as formas de pensar, sentir e agir do sujeito com relação a um determinado fenômeno. Segundo esta autora as determinações históricas e sociais do sujeito aparecem e são expressas como motivações, necessidades e interesses individuais, e que devem ser considerados também no seu aspecto histórico.

Vigotski (1998a) afirma que a consciência, por ser um processo, não possui conteúdos *a priori* e é objetiva, uma vez que é constituída de elementos da vida do indivíduo, e subjetiva, pois estes elementos não são somente internalizados, mas são agregados de valores, sentimentos, emoções e informações que são individuais. Pode-se dizer, então, que a consciência armazena as informações do meio, porém vai além no momento em que as significa.

Para a Psicologia Sócio-Histórica, o fenômeno psicológico reflete as condições econômicas, sociais e culturais dos homens e, portanto, não é inerente ao homem. Assim, a pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica se propõe a superar as aparências do fenômeno e buscar o sentido, o processo, as mediações sociais.

### **3.2. A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica**

A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica inicia-se com o comprometimento do pesquisador com a visão de homem e mundo proposta por esta abordagem. Aguiar (2001a), baseando-se em Vigotski, afirma que “*não existe método alheio a uma concepção de realidade, de relação homem/mundo*” (p. 129). Seguindo a mesma linha, Ozella (2003) afirma que a atitude de pesquisar ultrapassa a esfera científica e se transforma em um ato político e ideológico.

Vigotski, ao considerar a complexidade do objeto de estudo da Psicologia Sócio-Histórica, apontava a necessidade de um método capaz de compreendê-lo, apreender seu processo de constituição e seus processos internos, levando em considerando o contexto em que está inserido (Aguiar, 2001a). Assim, a Psicologia Sócio-Histórica procura compreender um fenômeno psicológico que é consequência da subjetivação da objetividade, busca a compreensão de um homem que é uma construção histórica, social e fundamentada em contradições que coexistem, interagem e se transformam (Bock, 2001).

Segundo Aguiar (2001a), o pesquisador deve compreender a realidade e tentar explicá-la, indo além da aparência e da descrição do fenômeno. Baseando-se nesta perspectiva, o objetivo da pesquisa é

apreender o processo constitutivo dos sentidos, bem como os elementos que engendram este processo. Queremos nos apropriar daquilo que diz respeito ao sujeito, daquilo que representa o novo que, mesmo quando não colocado explícita ou intencionalmente, é expressão do sujeito, configurado pela unicidade, histórica e social do sujeito, revelação das suas possibilidades de criação. (Aguiar e Ozella, 2006, p. )

Para atingir tal finalidade, Ozella (2003) sugere que seja utilizado um método qualitativo capaz de compreender a complexidade do objeto de estudo da Psicologia Sócio-Histórica.

González Rey (1999) propõe reflexões pertinentes ao pensamento de Vigotski ao afirmar a necessidade de um método embasado epistemologicamente para possibilitar o estudo adequado da Subjetividade. Assim, indica a pesquisa qualitativa como uma construção de conhecimento baseada em aspectos instrumentais, teóricos e epistemológicos:

“La investigación cualitativa no responde a una definición instrumental, es una definición epistemológica y teórica apoyada en procesos diferentes de construcción del conocimiento, los cuales se orientan hacia el estudio de un objeto distinto de aquel planteado por la investigación cuantitativa tradicional en psicología. La investigación cualitativa se orienta al conocimiento de un objeto complejo: la subjetividad, cuyas unidades están implicadas de forma simultánea en diferentes procesos constitutivos del todo, los cuales cambian frente al contexto en se expresa del sujeto concreto. La historia y el contexto que caracterizan el desarrollo del sujeto, marcan su profunda singularidad, la cual no es más que una expresión de la riqueza y plasticidad del fenómeno subjetivo.” (p. 55)

Ozella (2003), a partir do pensamento de Vigotski, afirma que o método qualitativo permite compreender o mundo interno humano como um processo dinâmico, em constante transformação, inseparável do mundo externo. Neste sentido, González Rey (1999) aponta a impossibilidade de uma pesquisa baseada na neutralidade, pois há a interação entre pesquisador e pesquisado na construção de conhecimento.

A Psicologia Sócio-Histórica, portanto, busca construir um conhecimento contextualizado e, para tanto, se compromete com uma psicologia crítica, com uma base teórica e epistemológica consistente.

### **3.3. Procedimentos metodológicos**

A presente pesquisa teve como objetivo compreender o processo constitutivo do sentido da devolução de crianças no período de convivência do processo de adoção, bem como os elementos que produzem este processo, para os profissionais que acompanharam tal situação. Para atingir tal meta, optou-se por utilizar a Psicologia Sócio-Histórica como teoria norteadora, privilegiando uma análise qualitativa dos dados obtidos, conforme proposto por Águia e Ozella (2006).

#### **3.3.1. Participantes**

Foram participantes da pesquisa duas profissionais que trabalham na Vara da Infância e Juventude, uma psicóloga e uma assistente social. Ambas compõem a equipe técnica que acompanha os processos de adoção. Também foi realizada uma entrevista com uma advogada que trabalha em uma associação voltada para a adoção internacional. As três participantes acompanharam o processo de adoção e devolução de crianças à tutela do Estado no decorrer do período de convivência que antecede o deferimento da adoção.

Considerando a qualidade do material obtido pelas entrevistas e a especificidade do trabalho da advogada (adoção internacional), optou-se por utilizar somente a entrevista com as funcionárias da Vara da Infância e Juventude.

Os sujeitos foram contatados pessoalmente, selecionados a partir das instituições em que trabalham (Vara da Infância e Juventude e escritório). As entrevistadas foram esclarecidas sobre o objetivo da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (modelo em anexo – Anexo 1). Além disso, também se obteve a autorização do juiz de direito da Vara da Infância e Juventude para a realização da entrevista no Fórum. Após concordância do profissional em participar da pesquisa, foram agendados horário e local para a realização da entrevista, priorizando a disponibilidade do participante.

#### **3.3.1. Instrumento**

Foi utilizada como instrumento para a obtenção de dados, uma entrevista semi-dirigida com as participantes. Em tal entrevista, as participantes estavam juntas, por solicitação das mesmas, devido à dificuldade de agendamento de horários distintos. A entrevista teve a duração de duas horas e foi realizada no Fórum no qual funciona a Vara da Infância e Juventude. Esta foi gravada e sua transcrição encontra-se em anexo (Anexo 2).

### 3.3.3. Procedimentos para análise dos dados

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas ocorreu em duas etapas:

#### a) Organização do material

Primeiramente cabe destacar que as entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas. Após a transcrição, foram feitas várias leituras flutuantes do material, com o objetivo de familiarização e apropriação do conteúdo de cada entrevista.

As leituras flutuantes permitiram a emergência dos chamados *pré-indicadores*. Os pré-indicadores emergiram na forma de temas, caracterizados pela frequência com que apareceram, pela importância na fala do sujeito, pela carga emocional, pelas ambivalências ou contradições, etc. Para que os pré-indicadores não fossem descolados do contexto em que apareceram, cada um foi exemplificado com a fala das participantes.

Estes foram selecionados de acordo com a pertinência para a compreensão do sentido da devolução de crianças ao abrigo no decorrer do processo de adoção, e organizados por similaridade, complementaridade ou contraposição, formando os *indicadores*. Deve-se ressaltar que tais indicadores “*só adquirem algum significado se inseridos e articulados na totalidade dos conteúdos temáticos apresentados, ou seja, na totalidade das expressões do sujeito*” (Aguiar e Ozella, 2006, p. 233). Assim, retornou-se à entrevista, buscando trechos ilustrativos que esclarecessem os indicadores.

A partir da releitura do material, foi feita a articulação dos diferentes indicadores e seus conteúdos, resultando em quatro *núcleos de significação*:

1. O fazer profissional como redutor da incidência de devolução;
2. O preparo dos pais como fundamental para assumir a função materna/paterna;
3. Alteração do perfil da criança em função do tempo de espera como fator de risco ao sucesso da adoção;
4. A devolução como reveladora do envolvimento das profissionais no processo de adoção.

#### b) Análise dos núcleos de significação

A análise foi feita inicialmente intra-núcleo e, posteriormente, inter-núcleos, permitindo uma análise qualitativa dos dados, de teor interpretativo. Este procedimento permitiu perceber as contradições presentes no discurso dos sujeitos. O processo de análise incluiu a articulação dos dados da entrevista com o contexto histórico, político, econômico e social, bem como com a teoria Sócio-Histórica permitindo a compreensão do fenômeno em sua totalidade.

## CAPÍTULO 4

### Análise e Discussão de dados

A análise dos dados obtidos na entrevista realizada (a transcrição encontra-se no Anexo 2) com Ivone e Maria<sup>15</sup> seguiu a proposta de Aguiar e Ozella (2006). Assim, iniciou-se com a organização do material em pré-indicadores, indicadores e núcleos de significação, para posterior análise intra-núcleos e inter-núcleos.

Primeiramente serão apresentados os dados e a organização do material e, em seguida, a análise e discussão dos núcleos de significação.

#### 4.1. Organização do material de análise

A primeira etapa da organização do material foi a leitura flutuante da entrevista realizada, que permitiu a emergência de 210 pré-indicadores, dos quais foram selecionados 130, de acordo com sua pertinência para a compreensão do fenômeno da devolução. Tais pré-indicadores foram exemplificados com trechos da fala das participantes, evitando que ficassem fora de seu contexto. A seguir apresenta-se o quadro com os pré-indicadores e seus respectivos exemplos:

<b>Pré-Indicadores</b>
<b>1. Poucos casos</b> M: “Pela quantidade que a gente faz de adoção, foram poucos casos de crianças que foram devolvidas [...]” M: “Aqui, graças a Deus, não tivemos muitas experiências...”
<b>2. Frustração</b> M: “[...] é uma frustração para todo mundo, não é? Frustração para quem fez o cadastro daquele casal e que achou que o casal estava apto para adotar; frustração de quem lida com o processo da criança, achando que ela finalmente vai ter uma família; frustração da própria criança que a gente vê aqui abandonada, né?” M: “O casal fica muito frustrado [com a criança]...”
<b>3. Rejeição</b> M: “ela [a criança] tem que se adaptar numa outra realidade, totalmente diferente [...] com mais uma rejeição que aconteceu na vida dela”
<b>4. Sentimento ruim</b> M: “[com relação à devolução] Então é um sentimento muito ruim para todo mundo”
<b>5. Requisitos para adotar</b> I: “Porque às vezes a pessoa olha assim: o que é necessário? É necessário ter uma casa, um salário, um companheiro ou não, e isso basta...” I: “[...] até porque o interesse é que os casais estejam preparados para que a adoção seja bem sucedida...”

<sup>15</sup> Nomes fictícios dados às participantes da pesquisa: Ivone é assistente social e Maria é psicóloga, ambas trabalham na Vara da Infância e Juventude.

## **6. Cadastro**

I: “E tem que dizer do cadastro... Porque o cadastro é uma avaliação do presente também...”

I: “Essa inscrição dele [no cadastro] pode durar por vários anos...”

## **7. Avaliação**

I: “[...] todo pedido de adoção tem que ser avaliado pelo setor técnico, foi aí que a gente entrou.”

I: “[...] nós fizemos a avaliação do casal já com a criança”

M: “A avaliação é feita sempre em dupla. Ela tem dois momentos: tem a entrevista com a psicóloga e a entrevista com a assistente social. Às vezes acontece no mesmo dia, às vezes em dias diferentes... Depois a gente sempre senta e conversa... O que achou, se o casal está ansioso, não está ansioso, se percebeu alguma dificuldade... A gente sempre troca informações antes de dar o parecer final.”

M: “[...] a gente só consegue fazer uma avaliação quando a gente coloca a criança... Infelizmente... A gente pode tentar ver as coisas mais óbvias, mais aparentes...”

I: “Porque nós estamos aqui para realizar a avaliação...”

I: “[...] a avaliação em si não vai conseguir que você tenha 100% de certeza de que o casal tem condição mesmo de adotar... a gente vai ter, assim, alguns elementos para apontar que esse casal é indicado...”

## **8. Impacto**

I: “Então, a criança estava bem, eles estavam bem com a criança... E minha colega psicóloga também avaliou que caminhava tudo bem... E quando eles apareceram para devolver a criança, foi um impacto!”

## **9. Devolução**

I: “[...] devolveram no Fórum... [...] Foram para devolver a criança, mesmo.”

M: “De ‘mala e cuia’, devolve com tudo...”

M: “Legalmente a criança pode ser devolvida. Agora, depois que sai a adoção... [...] Mesmo que esteja com um problema... ‘Quero devolver...’... Aí não pode... É filho dele, então não tem como estar vindo devolver...”

## **10. [esperança de] Arrependimento**

I: “E a gente tinha esperança de que passados alguns dias eles [os pais]... vamos dizer, repensassem...”

M: “[que os pais] Se arrependessem, né?”

## **11. Justificativa**

M: “Dependendo do caso, a gente justifica... Tenta justificar o injustificável... Mas assim... Tirar das costas da criança que a devolução foi por causa dela...”

## **12. Motivação**

M: “Até que ponto a motivação do casal era tão grande quando eles vêm aqui para fazer o cadastro? Será que é tão grande essa motivação que na primeira dificuldade [...] já é motivo para estar devolvendo?”

M: “Às vezes acontece também assim: o casal vem ‘eu quero um bebezinho’, a motivação é toda essa...”

## **13. Culpa**

M: “[a gente tenta] tirar das costas da criança que a devolução foi por causa dela”

M: “Então a gente sempre tenta colocar a culpa no casal, para a criança...”

## **14. Comportamento**

I: “Mas ela [a criança] teve um período [...] de dificuldade de comportamento por conta de ter vivido essa experiência [devolução] também...”

## **15. Mentira**

M: “Eles [pais] chegam falando: a criança não obedece, a criança vai mal na escola, é muito mentirosa... A maior queixa é essa: que a criança é mentirosa...”

<p><b>16. Criança-problema</b></p> <p>M: “Mas o casal vem tão decidido a se livrar do problema (porque aí [a criança] já virou um problema) que a criança tem que ser devolvida”</p>
<p><b>17. Imediatismo</b></p> <p>M: “Então [a criança] tem que ser devolvida ontem, ‘eu não fico mais um dia... vou levar aí... [...] ela não fica mais um dia na minha casa...’”</p>
<p><b>18. Encaminhamentos</b></p> <p>M: “Então a gente até tenta... Encaminhar para a terapia para saber porque dessas mentiras, para os pais serem orientados...”</p> <p>M: “E se a gente percebe que o casal não está preparado para a adoção, a gente faz um encaminhamento para um atendimento psicoterápico [...]”</p>
<p><b>19. Adoções “prontas”</b></p> <p>I: “Então o que a gente percebe é que muitas vezes até essas adoções que as pessoas já... Essas adoções, vamos dizer entre aspas ‘prontas’, que a pessoa só vem regularizar...”</p> <p>I: “Às vezes não era do cadastro, às vezes eram dessas adoções que as pessoas já vem com a situação definida...”</p>
<p><b>20. Casal despreparado</b></p> <p>I: “Às vezes [a devolução acontece] até porque eles [pais] não estão preparados...”</p> <p>I: “A pessoa não estava preparada, já estava com a criança...”</p>
<p><b>21. Repercussão da adoção</b></p> <p>I: “É o momento ‘agora eu quero ter um filho’, mas não pensam que tem uma repercussão no futuro...”</p> <p>M: “Filho é para sempre!”</p> <p>I: “Ter filho não é só aquele momento, mas é amanhã, é depois...”</p>
<p><b>22. Demora</b></p> <p>M: “Aí demora para chegar a vez deles...”</p> <p>M: “Então é muito difícil dar certo essas colocações onde eles acabam, por motivo de demora, ir contra as expectativas...”</p> <p>M: “[...] dá muito mais certo do que aumentar a idade porque está demorando...”</p>
<p><b>23. Retorno da criança</b></p> <p>M: “[...] retorno da criança ao abrigo que às vezes ela nem conhece... Porque às vezes ela está num abrigo, foi para tentar a adoção, quando ela volta, é devolvida, aquele abrigo às vezes não tem vaga, fechou (nós tivemos caso de abrigos que fecharam). Então ela tem que se adaptar numa outra realidade totalmente diferente, com pessoas que ela nunca viu, com mais uma rejeição que aconteceu na vida dela...”</p>
<p><b>24. Questionamento</b></p> <p>I: “[...] porque nesse momento [da devolução] você questiona uma série de coisas...”</p>
<p><b>25. Medo</b></p> <p>M: “Por que a criança está mentindo? Algum medo ela está... Da situação... Então ela está inventando mentiras...”</p>
<p><b>26. Dificuldades</b></p> <p>I: “Tanto que nos primeiros dias foi difícil [a adaptação da criança ao abrigo]”</p> <p>I: “[A criança, após ser devolvida] Chorou, teve uma série de dificuldades [...]”</p>
<p><b>27. Adaptação</b></p> <p>I: “[...] [a criança] foi para uma obra, não se adaptou.”</p> <p>I: “E assim, a criança fica numa instituição, fica longe dessa família, desse lar que eles haviam dado para ela... Então até ela se adaptar nessa instituição, né?”</p>

<p><b>28. Acompanhamento</b></p> <p>I: “Então essa criança [devolvida] continuou sendo acompanhada naquela Vara... Ela foi para um abrigo, então eu acompanhei por algum tempo... [...] A gente estava acompanhando como a criança estava...”</p>
<p><b>29. Vínculo</b></p> <p>I: “Talvez o casal estivesse cuidando, mas não estava tão vinculado [...]”</p>
<p><b>30. Psicoterapia</b></p> <p>I: “A última notícia que eu tive é que a criança [...] foi fazer um acompanhamento, psicoterapia...”</p> <p>M: “[...] a gente faz um encaminhamento [para o casal] para um atendimento psicoterápico [...]”</p> <p>M: “[...] a gente ainda encaminha para terapia, para dar uma última chance desse casal se tratar, ver o que está atrapalhando a dinâmica deles, para a gente realmente reprovar [...]”</p>
<p><b>31. Preparação</b></p> <p>I: “ela [criança] estava sendo preparada para a colocação em uma outra família...”</p> <p>I: “Dentro do processo avaliativo você orienta, você encaminha, tem um aspecto de preparação... Mas essa preparação mesmo, ela tem que acontecer fora, não é dentro do judiciário, né? [...] Então essa preparação... Hoje já se discute isso... De, de repente, os casais, para serem cadastrados, terem uma preparação, comprovarem que passaram... Porque hoje é facultativo participar de um grupo de apoio [...] Se a pessoa aceitar o encaminhamento tudo bem, senão o processo fica aguardando... Mas essa preparação mesmo, discussão, uma reflexão maior para o casal, não dá para fazer dentro do judiciário... Ela tem que ser num grupo... Na sociedade civil...”</p>
<p><b>32. Rigor [na avaliação]</b></p> <p>M: “Então a gente fica até assim... Será que a gente tem que ser mais rigorosa com os casais? Exigir mais?”</p>
<p><b>33. Dados</b></p> <p>I: “A gente tem dados... Esse trabalho lida com dados...”</p>
<p><b>34. Criança dos sonhos</b></p> <p>M: “A gente alerta que não é a criança dos sonhos deles...”</p>
<p><b>35. Alerta</b></p> <p>M: “A gente alerta que não é a criança dos sonhos deles...”</p>
<p><b>36. Mudança</b></p> <p>M: “Se o casal está fixado nessa idéia, porque mudar isso?”</p>
<p><b>37. Entender [a mudança]</b></p> <p>I: “Acho que, nesses casos, é muito importante a gente procurar entender com o casal porque eles mudaram de idéia...”</p>
<p><b>38. “Trocas” [com pessoas que já adotaram]</b></p> <p>I: “Começam a fazer trocas com outras pessoas e aí eles percebem que até poderia pegar uma criança maior...”</p>
<p><b>39. Maturidade</b></p> <p>I: “[...] então foi uma mudança [do casal] bem amadurecida.”</p>
<p><b>40. Mais oportunidade</b></p> <p>I: “[...] se você percebe que estão mudando só porque acham que vão ter um leque maior de oportunidades, aí não adianta nem mudar porque realmente não vai conseguir mesmo se adequar com uma criança com uma idade maior.”</p>
<p><b>41. Explicar avaliação</b></p> <p>M: “A gente tenta explicar para o casal o porquê de vir aqui [...]”</p>

<b>42. Dificultar o processo</b>
M: “Como se a gente estivesse dificultando o processo de adoção, então a gente explica que faz parte...”
<b>43. Lei</b>
M: “O casal não pode adotar uma criança, sem ter essa avaliação, isso é lei.”
I: “Mas, legalmente, a cada dois anos tem que ser feita uma reavaliação...”
<b>44. Segurança [em adotar]</b>
M: “Então, nesses estudos a gente tenta perceber exatamente isso: a motivação, a segurança do casal de estar adotando...”
<b>45. Consenso</b>
M: “Se é um consenso, se os dois querem...”
M: “Até que isso vire um consenso e os dois queiram a adoção ou vão desistir.”
<b>46. Conflitos</b>
M: “Então como a gente vai colocar uma criança com um casal que está com um conflito?”
M: “Então começam a aparecer os conflitos...”
<b>47. Desistência</b>
M: “[...] os dois queiram a adoção ou vão desistir.”
<b>48. Oportunidade de paternidade</b>
M: “Um acusando o outro por essa falta de oportunidade de paternidade.”
<b>49. Pensaram muito [sobre adotar]</b>
I: “Quando eles vêm para cadastrar, às vezes, já pensaram muito sobre isso...”
<b>50. Mídia</b>
I: “Porque o que aparece na mídia é que existem ‘n’ crianças para serem adotadas [...]”
<b>51. Perfil [da criança]</b>
I: “Existem muitas crianças nos abrigos, mas fora da faixa etária que as pessoas desejam... Além da idade... [...] A cor, o sexo das crianças...”
<b>52. Destituição</b>
I: “A questão da família, a destituição...”
<b>53. Entraves</b>
I: “Então tem uma série de entraves ali, que dificultam todo esse processo...”
<b>54. Crianças disponíveis</b>
I: “Então existem, é lógico, um número maior de pessoas cadastradas do que crianças disponíveis para a adoção...”
<b>55. Tempo</b>
I: “É o questionamento do porque da avaliação: [...] a questão do porque do tempo [...]”
<b>56. Realidade inexplicável</b>
I: “Só que não é a realidade, e a gente tem que tentar explicar isso [porque a demora do processo] e explicar muitas vezes o inexplicável...”
<b>57. Processo complexo [cadastro]</b>
I: “Então não é um processo muito simples, fazer o cadastro...”
<b>58. Evitar devolução</b>
I: “Para que não haja essa questão da devolução...”
<b>59. [Casal] mudou</b>
M: “[...] o casal cadastra e depois de dois ou três anos chegou a vez deles... É um outro casal... Em dois ou três anos mudou tudo!”

**60. Reavaliar**

M: “Então quando a gente vai chamar para a colocação, a gente dá uma reavaliada, uma conversada, pega o processo deles... Tem lá o histórico... Vê o que mudou, o não mudou... Porque é um outro casal...”

M: “Então a gente sempre dá uma conversada, uma reavaliada, para saber em que pé está aquele casal...”

I: “Então, por exemplo, completou dois anos e o casal não foi chamado, aí ele vai ser reavaliado [...]”

**61. Salvar o casamento**

M: “[...] aqueles casais que vem com a idéia ‘vou adotar para salvar o casamento’. Com certeza [no momento da chamada] o casamento já dançou... a gente liga e muitas vezes realmente separou... já está cada um com outra família...”

**62. Histórico**

M: “Passamos o histórico da criança... Alguns processos têm fotos, então o casal já dá uma olhada na criança pela fotografia, alguns não têm... A gente passa o histórico que tem no processo... Tem crianças que são achadas, então não tem muito o que estar passando... E as crianças que tem histórico, família biológica, irmãos, tudo, a gente vai passando para o casal...”

**63. Conhecer a criança**

M: “Aí ele recebe uma autorização e vai no abrigo conhecer a criança.”

**64. “Fase de namoro”**

M: “É o que a gente fala: ‘fase de namoro’... Então vai lá, faz visita, leva passear, leva no Mc Donald’s, passa o final de semana com o casal...”

**65. Aproximação**

M: “Vai tendo toda aquela aproximação, até que eles decidam que é o momento... [de iniciar o Estágio de Convivência]”

**66. Levar para casa**

M: “Tem casal que demora um mês, tem casal que demora uma semana, tem casal que em um dia já quer a criança... Em caso de bebezinho tem que ser um dia! Eles não podem ficar sem o bebê... Conheceu e já quer levar para casa!”

**67. Idade [da criança]**

M: “Quanto mais idade tem a criança, mais longo é esse processo de conhecer, de levar passear... O bebê você pega, leva, vai chorar em qualquer lugar... Não tem problema! Pode ir no mesmo dia! Agora crianças maiores, esse processo de namoro também é mais lento...”

**68. Conversa**

M: “Aí a gente marca um retorno aqui... Conversa com a criança longe do casal, como está sendo, se quer morar, se gostou do casal...”

**69. Estágio de Convivência**

M: “[...] a gente dá um documento para o casal que chama ‘Termo de Guarda e Responsabilidade’ e começa o Estágio de Convivência. É nesse momento que nós atuamos e fazemos o acompanhamento da adoção... E é nesse estágio que acontecem as devoluções...”

**70. Adoção**

M: “A adoção é para sempre.”

I: “[na audiência] falam da irrevogabilidade da medida”

**71. Complicada**

M: “Agora essa questão da devolução é uma questão complicada...”

<p><b>72. Cancelar a adoção</b></p> <p>I: “Primeiro ela [mãe] falou que queria cancelar a adoção... Aí a gente explicou que não tinha como cancelar a adoção...”</p>
<p><b>73. Desconhecimento [da irrevogabilidade]</b></p> <p>I: “[mãe diz] Mas eu não sabia que era para sempre...”.</p> <p>I: “Foi feito o levantamento do processo e ela tinha passado por audiência... Então não dava para dizer que ela não sabia”</p> <p>I: “é interessante que assim: o fato da pessoa chegar com o discurso de que desconhecia o real significado da medida...”</p>
<p><b>74. Audiência</b></p> <p>I: “na audiência a pessoa é esclarecida, além de ser esclarecida no processo avaliativo, no setor técnico... Também na audiência o juiz e o promotor, que estão ali, falam da irrevogabilidade da medida [...]”</p>
<p><b>75. Lidar [com a criança]</b></p> <p>I: “Não dá para a gente estar apontando como a pessoa vai lidar com outras questões do futuro...”</p>
<p><b>76. Procedimentos</b></p> <p>I: “Então, às vezes, as pessoas questionam o porque desses procedimentos, né? Em alguns casos é importante porque quando a pessoa fala ‘mas eu não sei’, você tem como comprovar ‘mas você foi informado sobre isso, houve uma audiência, passou por todos os procedimentos...’.”</p>
<p><b>77. Aproveitar [todos os casais]</b></p> <p>M: “A gente tenta ao máximo aproveitar todos os casais, todas as pessoas, que estão se inscrevendo para adotar uma criança...”</p>
<p><b>78. Última opção</b></p> <p>M: “Porque [a adoção] é a ultima opção da pessoa, né?”</p> <p>M: “O último caminho é a adoção...”</p>
<p><b>79. Parte biológica</b></p> <p>M: “Biologicamente, ela não pôde ter filhos... Foi no médico, tentou inseminação artificial, etc, e não deu certo...”</p> <p>M: “Primeiro eles tentam a parte biológica e o último caminho é a adoção...”</p>
<p><b>80. Inaptidão [casal]</b></p> <p>M: “Então para a gente colocar que um casal é inapto, precisa estar muito bagunçado esse relacionamento, com conflitos muito fortes...”</p>
<p><b>81. Maioria aprovada</b></p> <p>M: “Então a maioria dos casais é aprovada...”</p>
<p><b>82. Idealização</b></p> <p>I: “[...] perceber o quanto [...] exercer a maternidade e a paternidade [...] é uma idéia muito idealizada...”</p>
<p><b>83. Habilitação</b></p> <p>M: “Com esse cadastro o casal pode adotar crianças no Brasil todo, a habilitação é dele.”</p>
<p><b>84. Interesse da criança</b></p> <p>I: “Então a gente vai ter que reavaliar para ver se vai atender aos interesses da criança.”</p>
<p><b>85. Reação</b></p> <p>M: “Às vezes quando a gente liga, a gente recebe uma resposta que a gente sabe que não vai dar certo... [...] Então já é uma reavaliação, o contato que a gente faz... Pela resposta deles [casal], pela reação quando a gente está marcando, a gente já sabe se está disponível ou aconteceu algum problema que não estão disponíveis.”</p>

<p><b>86. Cancelar cadastro</b></p> <p>M: “Só quando eles pedem... Quando pede para cancelar.”</p> <p>M: “Então eles fazem um documento de próprio punho solicitando o cancelamento.”</p>
<p><b>87. Motivado</b></p> <p>M: “Quando a gente reavalia, o casal vem motivado...”</p>
<p><b>88. Certeza</b></p> <p>M: “a gente faz tudo tranqüilamente, achando que vai dar certo...”</p> <p>M: “A gente faz um caminho certo de que vai dar certo, né?”</p>
<p><b>89. Surpresa</b></p> <p>M: “Quando não dá, realmente é uma surpresa pra todo mundo.”</p>
<p><b>90. Ódio / raiva [da criança]</b></p> <p>M: “Mas eles esperam a coisa chegar em um ponto que eles ficam odiando a criança, que não pode ficar mais um dia coma criança na moradia e devolvem como se estivessem jogando um objeto aqui para a gente.”</p> <p>M: “[o casal] Está com raiva da criança, quer se livrar, aquilo já virou um fardo...”</p>
<p><b>91. Acúmulo</b></p> <p>M: “Porque acumula, acumula! [problemas]”</p>
<p><b>92. Conteúdo não resolvido [dos pais]</b></p> <p>M: “Provavelmente a criança [...] mexeu com algum conteúdo deles que não estava bem resolvido... E a criança também acaba cutucando sem querer, às vezes, né?”</p>
<p><b>93. Ciúmes</b></p> <p>M: “O que acontece muito é ciuminho... Então é uma menina e só gosta do pai, aí a mãe fica com ciúmes, ou é um menino que só gosta da mãe... Aí o pai fica com ciúmes...”</p>
<p><b>94. Rivalidade</b></p> <p>M: “Então o casal começa a entrar em disputa, em rivalizar com a própria criança. Aí o outro se sente excluído e começa a ver só a parte negativa da criança... Então qualquer coisinha que a criança faz, já incomoda...”</p>
<p><b>95. Motivo [para devolver]</b></p> <p>M: “Precisa ter os motivos para vir aqui devolver: fala mentira, não arruma o quarto... Quer dizer, coisas que acontecem...”</p> <p>M: “Quer dizer, não tem um motivo que justifique a devolução...”</p>
<p><b>96. Filho biológico</b></p> <p>M: “Eu falo para eles: ‘Mas meus filhos biológicos também são assim...’”</p>
<p><b>97. No limite</b></p> <p>M: “Chegam no máximo, no limite [...]”</p>
<p><b>98. Saudável</b></p> <p>M: “Então é até saudável, por incrível que pareça, para a criança, tirá-la dessa zona de conflito antes que alguma coisa de pior aconteça...”</p>
<p><b>99. Violência</b></p> <p>“Porque se a criança fica, começa um beliscão mais forte, um tapa mais doído e isso pode até virar uma situação mais grave... De quererem destruir a criança mesmo, através do inconsciente... De querer corrigir e castigar em demasia...”</p>
<p><b>100. Questões surgem</b></p> <p>I: “O Estágio de Convivência, a gente não tem pressa para encerrar... [...] Por conta disso... As questões vão surgindo...”</p>
<p><b>101. Expectativa inicial</b></p> <p>I: “Então, no namoro é tudo uma expectativa...”</p> <p>M: “Uma expectativa boa...”</p>

<p><b>102. Não precipitar</b></p> <p>I: “Acho que se a gente se precipitar nesse período... Até querendo atender o desejo do casal, aquela ânsia de ter a documentação, de estar tudo certinho... Você pode correr a possibilidade de ter um problema futuro...”</p>
<p><b>103. Ideal</b></p> <p>M: “O ideal é não ter devolução”</p>
<p><b>104. Sofrimento</b></p> <p>M: “[...] quando a criança começa a sofrer, quando é uma colocação que não vai dar certo, [...] não adianta você pedir para ficar [...]”</p>
<p><b>105. Questão externa</b></p> <p>I: “[tirar a criança] Foi bom, porque... Já pensou? Porque não era uma questão ligada à criança... Era uma questão externa...”</p>
<p><b>106. Abrir mão</b></p> <p>Frente à dificuldade “externa”:</p> <p>M: “E já abriu mão [da criança]...”</p> <p>I: “Já abriu mão... Imagina se acontecesse com a criança, né?”</p>
<p><b>107. Envolvimento [do casal]</b></p> <p>I: “[Estágio de Convivência] É um período que vão surgindo situações que a gente vai poder perceber o quanto esse casal está envolvido no processo [...]”</p>
<p><b>108. Maternidade / Paternidade</b></p> <p>I: “[...] perceber o quanto eles realmente querem exercer a maternidade e a paternidade ou não”</p> <p>M: “Para ser pai e mãe você precisa deixar de ser filho, então tem que inverter tudo...”</p> <p>M: “Se a gente fecha essa porta [adoção], a pessoa nunca vai conseguir concretizar a idéia de ser mãe ou ser pai...”</p>
<p><b>109. Dar suporte</b></p> <p>M: “Você [pai] tem que dar suporte, tem que dar segurança, tem que dar colo...”</p>
<p><b>110. Carência</b></p> <p>M: “Teoricamente se dizem preparadas, mas quando levam a criança para casa e a criança começa a sugar... Porque são crianças carentes...”</p> <p>M: “No momento em que a criança chega, ela quer você 25 horas por dia...”</p>
<p><b>111. Manter cotidiano</b></p> <p>M: “[...] você tem que continuar sendo mulher do seu marido, cuidar da casa, trabalhar fora e fazer essa adaptação com a criança”</p>
<p><b>112. Não estrutura</b></p> <p>M: “Então tem gente que não tem estrutura mesmo para tudo isso...”</p>
<p><b>113. Desespero</b></p> <p>M: “Aí entra em desespero [...]. Quer dizer, começa a balançar...”</p>
<p><b>114. Demandas</b></p> <p>M: “E a criança lá no meio [do conflito], querendo mãe, querendo pai, querendo amor, querendo tudo aquilo que ela nunca teve...”</p>
<p><b>115. Muito complicado</b></p> <p>M: “[a inserção da criança] Então é muito complicado...”</p>
<p><b>116. Concretização</b></p> <p>M: “Mas é só quando concretiza, quando levam a criança para casa é que realmente aparece... Aparece a falta de estrutura de cada um, as inseguranças, os traumas sofridos na infância, aí você não quer repetir, não quer que seu filho tenha esses traumas, aí você super protege, você mimá demais, aí a criança começa com um monte de problemas [...]”</p>

<p><b>117. Teoria</b></p> <p>M: “Então é só quando a criança vai para a moradia é que começa realmente o processo de adoção... O resto é tudo teoria, né?”</p>
<p><b>118. Terceiro [na relação]</b></p> <p>M: “Uma coisa é só o casal, outra é a criança junto... É o que a gente fala: entra o terceiro na relação.”</p> <p>M: “Então é muito complicado entrar um terceiro na relação... E isso pode ser uma criança, um cachorro, uma empregada doméstica, uma sogra... Qualquer um que entra na relação é complicado...”</p>
<p><b>119. Estabilidade [da relação]</b></p> <p>M: “Então se as pessoas não estão muito bem estabilizadas, entrosadas, realmente começa a balançar a estrutura do casamento...”</p>
<p><b>120. Informações</b></p> <p>M: “Nós temos uma cartilha [...] que tem uma bibliografia sobre adoção, filmes que os casais podem estar assistindo, tem o básico sobre adoção, sobre documentação e os grupos de apoio...”</p> <p>I: “Mas é aquilo que você tem que buscar, entender, você vai ler revistas, vai conversar com quem já teve filhos, vai conversar com quem já viveu essa experiência, fazer trocas... Procurar, dentro desse período, estar buscando o maior número de informações, né?”</p> <p>I: “Vai estar buscando, ele mesmo, informações, conhecer mais... Acho que isso vai enriquecer, vai preparar também...”</p>
<p><b>121. “Pré-natal”</b></p> <p>I: “Esse período, depois que você [pai] iniciou o cadastro, é o 'pré-natal', só que o pré-natal comum dura nove meses e o seu pode demorar um pouco mais...”</p>
<p><b>122. Dinamismo</b></p> <p>I: “Para que não fique só: faz o cadastramento e fica parado, aguardando...”</p> <p>I: “Tem um movimento ali, uma coisa dinâmica...”</p>
<p><b>123. “Encontrar” [o filho]</b></p> <p>M: “Acontece também isso... De eles acharem o filho que está pelo mundo... Acontece também... E essas adoções dão muito certo, porque eles acharam... O filho é deles, eles estão fazendo questão... Estão indo atrás dessa adoção... E dá muito certo...”</p>
<p><b>124. “Procurar” [o filho]</b></p> <p>M: “Também acontece que a pessoa vai no abrigo para procurar o filho... Acha a criança e decide que aquela é que tem que ser o filho... A gente sempre fala para os casais: M: M: ‘Não vão para o abrigo procurando filho... Vocês vão lá para conviver com a criança, para dar um carinho geral para todo mundo... Não vão procurar porque vocês vão arrumar enguiço...’”</p>
<p><b>125. Dor</b></p> <p>M: “Mas [as experiências] foram bem doloridas...”</p>
<p><b>126. Torcida [para que dê certo]</b></p> <p>M: “Tomara que dê certo!”</p> <p>I: “A gente sempre faz uma torcida...”</p>
<p><b>127. Ganho / perda</b></p> <p>M: “Ganha pai, mãe, um quatinho seu, os avós, os brinquedos, tudo... Você ganha tudo [...]”</p> <p>M: “[...] de repente perde tudo... Um dia, você é deixado dentro do Fórum, com a malinha e não tem mais nada... Volta para a situação de abrigo...”</p>
<p><b>128. Expectativa [da criança]</b></p> <p>I: “Porque quando está no abrigo porque os pais deixaram por algum motivo, você nem está ali... Às vezes nem está com expectativa nenhuma...”</p>

**129. Difícil**

I: “Eu acho que a devolução é sempre mais difícil do que o fato de ser... Por algum motivo ter ficado num abrigo... Porque os pais biológicos entregaram e tal... E viver essa experiência, acho que é mais difícil...”

**130. Não assumir**

I: “Porque às vezes é difícil assumir: ‘quero devolver... não quero mais o filho’”

Quadro 1: Pré-indicadores organizados a partir do discurso de Ivone e Maria.

Após a organização dos pré-indicadores, passou-se à fase de aglutinação dos mesmos para a formação dos indicadores. Neste momento, foram constituídos 18 indicadores, que apontam sentidos e significados presentes no discurso de Ivone e Maria. Deve-se lembrar que tais indicadores só podem ser compreendidos à luz do contexto sócio-histórico-cultural no qual as participantes estão inseridas. Dito isto, insere-se abaixo o quadro com a construção dos indicadores a partir dos pré-indicadores:

<b>Pré-Indicadores</b>	<b>Indicadores</b>
12. motivação	<b>1. Fatores importantes na avaliação do casal</b>
39. maturidade	
44. segurança [em adotar]	
45. consenso	
46. conflitos	
119. estabilidade [da relação]	
7. avaliação	<b>2. Comportamentos / atitudes dos profissionais para evitar a devolução</b>
18. encaminhamentos	
24. questionamento	
31. preparação	
32. rigor na avaliação	
35. alerta	
37. entender mudança	
60. reavaliar	
68. conversa	
102. não precipitar	
120. informações	
2. frustração	<b>3. Sentimentos do profissional frente à devolução</b>
4. sentimento ruim	
8. impacto	
10. [esperança de] arrependimento	
89. surpresa	
125. dor	
126. torcida [para que dê certo]	

18. encaminhamentos	<b>4. O processo de preparação dos adotantes</b>
30. psicoterapia	
31. preparação	
38. “trocas” [com pessoas que já adotaram]	
47. desistência	
58. evitar devolução	
86. cancelar cadastro	
120. informações	
121. “pré-natal”	
122. dinamismo	
21. repercussão da adoção	<b>5. A inserção da criança no ambiente familiar</b>
27. adaptação	
46. conflitos	
69. estágio de convivência	
75. lidar [com a criança]	
100. questões surgem	
107. envolvimento [do casal]	
108. maternidade / paternidade	
109. dar suporte	
110. carência	
111. manter cotidiano	
113. desespero	
114. demandas	
115. muito complicado	
116. concretização	
118. terceiro na relação	
43. lei	<b>6. Necessidade de reavaliação do casal</b>
59. [casal] mudou	
60. reavaliar	
84. interesse da criança	
85. reação	
48. oportunidade de paternidade	<b>7. Fatores que influenciam a decisão do casal em optar pela adoção</b>
49. pensaram muito [sobre adotar]	
70. adoção	
78. última opção	
79. parte biológica	
82. idealização	
87. motivado	
2. frustração	<b>8. Alteração do perfil da criança desejada</b>
22. demora	
34. criança dos sonhos	
36. mudança	
37. entender a mudança	
40. mais oportunidade	
123. “encontrar” o filho	
124. “procurar” o filho	

50. mídia	<b>9. Obstáculos no processo de adoção</b>
51. perfil da criança	
52. destituição	
53. entraves	
54. crianças disponíveis	
56. realidade inexplicável	
1. poucos casos	<b>10. Aspectos constitutivos da devolução</b>
9. devolução	
17. imediatismo	
71. complicada	
98. saudável	
99. violência	
112. ideal	
6. cadastro	<b>11. Procedimentos técnicos do processo de adoção</b>
7. avaliação	
62. histórico	
69. estágio de convivência	
74. audiência	
76. procedimentos	
83. habilitação	
63. conhecer a criança	<b>12. Processo de aproximação entre criança e pais</b>
64. fase de namoro	
65. aproximação	
66. levar para casa	
67. idade [da criança]	
2. frustração	<b>13. Culpabilização pela devolução</b>
13. culpa	
15. mentira	
16. criança-problema	
19. adoções “prontas”	
20. casal despreparado	
29. vínculo	
61. salvar o casamento	
80. inaptidão [casal]	
90. ódio / raiva [da criança]	
91. acúmulo	
92. conteúdo não resolvido [dos pais]	
93. ciúmes	
94. rivalidade	
95. motivo [para devolver]	
96. filho biológico	
97. no limite	
101. expectativa inicial	
106. abrir mão	
110. carência	
112. não estrutura	

72. cancelar a adoção	<b>14. Justificativa do casal para devolver</b>
73. desconhecimento [da irrevogabilidade]	
95. motivo [para devolver]	
105. questão externa	
130. não assumir	
11. justificativa	<b>15. Postura dos profissionais para amenizar a devolução para a criança</b>
28. acompanhamento	
30. psicoterapia	
41. explicar a avaliação	<b>16. Dificuldade dos adotantes em compreender o tempo do processo de adoção</b>
42. dificultar o processo	
43. lei	
50. mídia	
55. tempo	
56. realidade inexplicável	
5. requisitos para adotar	<b>17. O processo de avaliação</b>
7. avaliação	
33. dados	
57. processo complexo [cadastro]	
58. evitar a devolução	
77. aproveitar [todos os casais]	
80. inaptidão	
81. maioria aprovada	
88. certeza	
116. concretização	
117. teoria	
3. rejeição	<b>18. A criança na situação de devolução</b>
14. comportamento	
23. retorno da criança	
25. medo	
26. dificuldades	
104. sofrimento	
127. ganho / perda	
128. expectativa [da criança]	
129. difícil	

Quadro 2: Organização dos indicadores a partir dos pré-indicadores.

Como pode ser percebido no quadro 2, os pré-indicadores foram organizados segundo os critérios propostos por Aguiar e Ozella (2006): semelhança, contraposição e/ou complementaridade. Assim, obtêm-se os seguintes indicadores:

- 1. Fatores importantes na avaliação do casal:** aglutina os pré-indicadores referentes aos itens avaliados nos pretensos adotantes, os quais Ivone e Maria percebem como fundamentais para apreender a aptidão (ou não) do casal para a adoção;
- 2. Comportamentos / atitudes dos profissionais para evitar a devolução:** composto por pré-indicadores relacionados com o fazer profissional das participantes para evitar ou

diminuir a ocorrência da devolução. As ações, ou a forma de agir, são decisões da própria equipe e não impostas externamente;

**3. Sentimentos do profissional frente à devolução:** união dos conteúdos relativos aos sentimentos mobilizados em Ivone e Maria quando ficam sabendo da decisão dos pais em devolver a criança;

**4. O processo de preparação dos adotantes:** constituído por pré-indicadores cujo conteúdo temático refere-se ao modo como as participantes compreendem o processo de preparação dos adotantes;

**5. A inserção da criança no ambiente familiar:** seu conteúdo trata da forma que Ivone e Maria percebem a repercussão da entrada da criança na organização familiar durante o Estágio de Convivência;

**6. Necessidade de reavaliação do casal:** os conteúdos temáticos que compõem este indicador abordam a percepção das entrevistadas sobre a necessidade de reavaliação do casal decorrente da mudança deste no decorrer do processo de adoção;

**7. Fatores que influenciam a decisão do casal em optar pela adoção:** pré-indicadores referentes à percepção dos profissionais com relação à decisão do casal de adotar;

**8. Alteração do perfil da criança desejada:** formado pela aglutinação dos pré-indicadores relativos à forma como Maria e Ivone compreendem o pedido do casal de mudar o perfil da criança desejada;

**9. Obstáculos no processo de adoção:** o conteúdo temático deste indicador trata dos obstáculos presentes no processo de adoção e da forma como as profissionais vêem tais empecilhos;

**10. Aspectos constitutivos da devolução:** aglutina pré-indicadores que abordam os aspectos constitutivos da devolução, percebidos pelas entrevistadas;

**11. Procedimentos técnicos do processo de adoção:** este indicador refere-se aos procedimentos técnicos necessários para concluir o processo de adoção e à participação de Ivone e Maria em cada uma das etapas;

**12. Processo de aproximação entre criança e pais:** composto pelos pré-indicadores cujos conteúdos temáticos relacionam-se aspectos da aproximação entre criança e adotantes, percebidos pelos profissionais;

**13. Culpabilização pela devolução:** aborda a questão da culpabilização dos pais e da criança, sob a perspectiva das participantes;

**14. Justificativa para o casal devolver:** engloba pré-indicadores referentes à necessidade dos adotantes de justificar a motivação para Ivone e Maria;

**15. Postura dos profissionais para amenizar a devolução para a criança:** indica a necessidade das profissionais de fazer algo para amenizar o processo de devolução para a criança;

**16. Dificuldade dos adotantes em compreender o tempo do processo de adoção:** traz como conteúdo temático a percepção das profissionais de que a imagem que os adotantes possuem do processo de adoção, principalmente com relação ao tempo, é distorcida e a interferência desta nas atitudes dos casais;

**17. O processo de avaliação:** composto pelos conteúdos referentes aos elementos constitutivos da avaliação psicossocial;

**18. A criança na situação de devolução:** o conteúdo temático deste indicador trata da percepção de Ivone e Maria sobre a criança devolvida.

Considerando-se os indicadores e seus conteúdos, iniciou-se o processo de articulação destes, resultando em quatro núcleos de significação, conforme pode ser verificado abaixo:

Indicadores	Núcleos de significação
1. Fatores importantes na avaliação do casal 2. Comportamentos / atitudes dos profissionais para evitar a devolução 6. Necessidade de reavaliação do casal 11. Procedimentos técnicos do processo de adoção 17. O processo de avaliação	<b>1. O fazer profissional como redutor da incidência de devolução</b>
4. O processo de preparação dos adotantes 5. A inserção da criança no ambiente familiar 12. Processo de aproximação entre criança e pais	<b>2. O preparo dos pais como fundamental para assumir a função materna/paterna</b>
8. Alteração do perfil da criança desejada 7. Fatores que influenciam a decisão do casal em optar pela adoção 9. Obstáculos no processo de adoção 16. Dificuldade dos adotantes em compreender a necessidade da avaliação psicossocial	<b>3. Alteração do perfil da criança em função do tempo de espera como fator de risco ao sucesso da adoção</b>
3. Sentimentos do profissional frente à devolução 10. Aspectos constitutivos da devolução 13. Culpabilização pela devolução 14. Justificativa do casal para devolver 15. Postura dos profissionais para amenizar a devolução 18. A criança na situação de devolução	<b>4. A devolução como reveladora do envolvimento das profissionais no processo de adoção</b>

Quadro 3: Formação dos Núcleos de Significação a partir dos Indicadores.

#### 4.2. Análise e discussão dos núcleos de significação

Uma vez apresentados os núcleos de significação e seu processo de constituição, pode-se passar para o processo de análise interpretativa, articulando os conteúdos dos núcleos com o contexto do discurso, com a teoria e com o contexto histórico-social (Aguar

e Ozella, 2006). Segundo os autores, é este momento da análise que permite uma maior compreensão dos significados compartilhados pelos indivíduos, dos sentidos pessoais, da fala interior e do pensamento.

#### **4.2.1. O fazer profissional como redutor da incidência de devolução**

A atividade profissional de Maria e Ivone abarca, com relação à adoção, o processo de avaliação, o cadastro e o acompanhamento dos adotantes e da criança no Estágio de Convivência. Estes procedimentos possuem um significado, compartilhado por ambas, e um sentido para cada uma. A discussão deste núcleo de significação tem por objetivo explicitar tais significados e atingir algumas das zonas de sentido possíveis.

Primeiramente deve-se compreender que as participantes da presente pesquisa são indivíduos em constante transformação, que produzem sua vida material, idéias e conhecimentos através do trabalho, mudando sua realidade e, portanto, a si mesmas. O fazer profissional de Ivone e Maria constitui-se de forma dinâmica, sendo construído e reconstruído no cotidiano, a cada discussão de caso e a cada devolução:

[...] porque nesse momento [da devolução] você questiona uma série de coisas...  
(Ivone)

Até que ponto a motivação do casal era tão grande quando eles vêm aqui para fazer o cadastro, né? Será que é tão grande essa motivação que na primeira dificuldade, no primeiro mau comportamento da criança já é motivo para estar devolvendo? Então a gente fica até assim... Será que a gente tem que ser mais rigorosa com os casais? Exigir mais? Então a gente começa a repensar uma série de coisas... (Maria)

A avaliação é feita sempre em dupla. Ela tem dois momentos: tem a entrevista com a psicóloga e a entrevista com a assistente social. Às vezes acontece no mesmo dia, às vezes em dias diferentes... Depois a gente sempre senta e conversa... O que achou, se o casal está ansioso, não está ansioso, se percebeu alguma dificuldade... A gente sempre troca informações antes de dar o parecer final. (Maria)

A avaliação psicossocial é um processo regulamentado por lei, sendo que no Estado de São Paulo a responsável é a Corregedoria Geral de Justiça (Ferreira, s.d.). Com relação a este aspecto, pode-se perceber o primeiro significado presente no discurso das participantes: a avaliação significada como um procedimento obrigatório. No entanto, a obrigatoriedade da avaliação psicossocial ganha outro significado no momento em que é utilizada para justificá-la perante os pais, conforme pode ser percebido no discurso de Maria:

A gente tenta explicar para o casal o porquê de vir aqui, porque muitos falam: “tem tanta criança jogada no farol, por que você tem que fazer entrevista com a gente?” Como se a gente estivesse dificultando o processo de adoção, então a gente explica que faz parte... Numa avaliação psicossocial, o cadastro faz parte dessa avaliação... Então ele (o casal) não pode ser cadastrado... O casal não pode adotar uma criança, sem ter essa avaliação, isso é lei.

Se, por um lado, as profissionais significam seu trabalho como algo obrigatório e que, portanto, deve ser cumprido, por outro significam-no como redutor da incidência de devolução. Assim, a atividade profissional de Maria e Ivone é significada como fundamental para garantir o sucesso da adoção à medida que se mostra eficaz. A

comparação feita entre o número de adoções bem sucedidas e de devoluções aponta tal significado, Maria é a primeira a indicá-lo em seu discurso:

Nós tivemos poucos casos, né? Pela quantidade que a gente faz de adoção, foram poucos casos de crianças que foram devolvidas, né? (Maria)

Depois Ivone retoma este significado e compara o trabalho realizado por ela e pelos outros Fóruns:

Eu não tenho idéia dos outros Fóruns em geral, mas eu acho que o número de devoluções no Estágio de Convivência não é tão acentuado... (Ivone)

A realização do trabalho de avaliação e cadastramento na Vara da Infância e Juventude é permeada por uma concepção de adoção. Esta é significada pelas entrevistadas como a possibilidade de encontrar um lar para a criança abrigada, mas também de concretizar o desejo do casal de exercer a paternidade. Tal definição aproxima-se daquela proposta por Levinzon (2004) que aponta a adoção como meio de satisfação das necessidades e desejos dos envolvidos no processo através da desconstrução do vínculo entre a família biológica e a criança e a construção da relação paterno-filial entre adotante e adotado.

O discurso de Maria permite ir além do significado compartilhado por ambas, indicando algumas zonas de sentidos relacionadas à adoção: o casal que busca a adoção é sentido como merecedor de compaixão, pois é impossibilitado de ter filhos:

A gente tenta ao máximo aproveitar todos os casais, todas as pessoas, que estão se inscrevendo para adotar uma criança... Porque é a última opção da pessoa, né? Biologicamente, ela não pôde ter filhos... Foi no médico, tentou inseminação artificial, etc, e não deu certo... O último caminho é a adoção... Primeiro eles tentam a parte biológica e o último caminho é a adoção... Se a gente fecha essa porta, a pessoa nunca vai conseguir concretizar a idéia de ser mãe ou ser pai...

Assim, a avaliação dos pretensos adotantes possui um aspecto individual, pois se constitui a partir da internalização, da subjetivação do mundo objetivo, ganhando sentidos individuais e significados compartilhados na equipe, que influenciam as formas de pensar, sentir e agir de Maria e Ivone com relação à sua atividade profissional, à adoção, às crianças e aos adotantes. Esta colocação corrobora a afirmação de Weber (1997):

O que não se pode esquecer é que este tipo de trabalho não é somente técnico. Nem neutro. Ele envolve inúmeros aspectos subjetivos, parciais, teóricos, arbitrários, políticos, pessoais, em relação à escolha da “família adequada” para adotar uma criança. (p. 125)

O fazer profissional de Maria e Ivone não engloba somente os procedimentos, mas também os adotantes e as crianças. Assim, é importante compreender o significado de ser adotante para estas profissionais, bem como a concepção de criança abrigada. Os pais que se candidatam à adoção são significados como despreparados e/ou com problemas emocionais, conforme pode ser verificado no discurso das participantes:

Acho que de certa forma, aquele casal não estava totalmente preparado, né? Porque... Vamos dizer assim: diante de uma dificuldade, talvez da primeira da dificuldade maior, uma questão maior, eles resolveram entregar [a criança]... (Ivone)

A pessoa não estava preparada, já estava com a criança... Às vezes não estava preparado para essa situação do futuro, que pode acontecer... (Ivone)

Então, nesses estudos a gente tenta perceber exatamente isso: a motivação, a segurança do casal de estar adotando... Se é um consenso, se os dois querem [...] E se a gente percebe que o casal não está preparado para a adoção, a gente faz um encaminhamento para um atendimento psicoterápico, de seis meses, oito meses... Eles vão trabalhar na terapia essas questões... (Maria)

[...] como a gente vai colocar uma criança com um casal que está com um conflito? Um acusando o outro por essa falta de oportunidade de paternidade. (Maria)

Desta forma, as ações da equipe técnica são organizadas a partir desta concepção, tornando fundamentais as orientações e encaminhamentos para preparação ou psicoterapia. A atuação revela mais um significado de adotante compartilhado pelas profissionais: este é despreparado, porém há a possibilidade de “recuperação”, tornando-o apto para adotar.

Maria e Ivone significam que o encaminhamento adequado somente pode ser feito após uma avaliação "bem feita", pois esta permitiria perceber problemas dos adotantes. Evidencia-se, desta forma, o significado da avaliação psicossocial: detectar problemas para poder solucioná-los por meio dos encaminhamentos. Este ciclo avaliação-encaminhamento é significado como redutor da incidência da devolução.

Os pais também são significados pelas técnicas como indivíduos em constante transformação, em interação com o meio em que vivem e, por isso, suas formas de agir, pensar e sentir podem ser modificadas pelos encaminhamentos, mas também podem sofrer grandes mudanças no período de espera pela criança. Esta significação cria a necessidade de reavaliar o casal antes de apresentá-lo à criança, assegurando, assim, o sucesso da adoção.

A atividade profissional da equipe técnica também é significada por Maria e Ivone como probabilística, incapaz de garantir o sucesso da adoção. Para exemplificação deste significado, apontam-se os seguintes recortes do discurso de Ivone:

Porque o cadastro é uma avaliação do presente também... Não dá para a gente estar apontando como a pessoa vai lidar com outras questões do futuro... A gente tem dados... Esse trabalho lida com dados...

[...] a avaliação em si não vai conseguir que você tenha 100% de certeza de que o casal tem condição mesmo de adotar... A gente vai ter, assim, alguns elementos para apontar que esse casal é indicado...

#### **4.2.2. O preparo dos pais como fundamental para assumir a função materna/paterna**

Os candidatos à adoção são significados pelas profissionais como inaptos para adotar. Esta inaptidão deve-se ao despreparo dos adotantes para assumir o papel de pai / mãe de uma criança. A partir de tais significados, Maria e Ivone elaboram estratégias de intervenção com o objetivo de garantir o sucesso da adoção. Dentre as intervenções possíveis, destaca-se o processo de preparação dos adotantes.

Este processo torna-se necessário à medida que a inserção da criança em um ambiente familiar despreparado é significada como geradora de conflitos e desestabilizadora das relações familiares, aumentando a probabilidade de devolução.

Assim, a preparação dos adotantes é fundamentada na concepção de maternidade / paternidade da equipe técnica da Vara da Infância e Juventude, isto é, o objetivo é habilitar os adotantes para serem bons pais, capazes de lidar adequadamente com as dificuldades decorrentes da convivência e cuidar da criança, satisfazendo suas necessidades.

O que é ser pai? O que é ser mãe? Como eu vou trabalhar com isso? Com aquilo? Com situações que a criança comenta? Como eu lido com pouco interesse na escola? Eu sempre fui interessada em estudar, como eu lido com um filho que não tem interesse? (Ivone)

Para ser pai e mãe, você precisa deixar de ser filho, então tem que inverter tudo... Você tem que dar suporte, tem que dar segurança, tem que dar colo... (Maria)

Maria e Ivone significam os adotantes como pessoas que têm uma concepção idealizada de maternidade e paternidade e, por isso, constroem expectativas irreais com relação à criança que está sendo adotada. Com relação a isto, Ivone aponta:

Essas adoções, vamos dizer entre aspas, “prontas”, que a pessoa só vem regularizar... A pessoa não estava preparada, já estava com a criança... Às vezes não estava preparado para essa situação do futuro, que pode acontecer... [...] É o momento, né? E às vezes essa pessoa tem uma pretensão, pega uma criança menor, mas essa criança vai crescendo e vai apresentar comportamentos característicos de cada fase... Às vezes é um reflexo da própria história dela... E o casal às vezes não estava tão preparado para lidar com isso...

[...] os casais têm uma expectativa... Quando eles vêm para cadastrar, às vezes, já pensaram muito sobre isso... Às vezes acham que chegam aqui, vão realizar uma entrevista e amanhã já estão com a criança...

[...] É um período que vão surgindo situações que a gente vai poder perceber o quanto esse casal está envolvido no processo, o quanto eles realmente querem exercer a maternidade e a paternidade ou não, o quanto é uma idéia muito idealizada...

Nesse contexto, as profissionais concebem a preparação como uma forma de “desidealizar” a adoção e o papel de pai e mãe. As participantes da pesquisa apontam os elementos que devem constituir o processo de preparação dos adotantes: deve ser dinâmico, reflexivo e informativo, sendo que deve ocorrer na sociedade civil, em grupos de apoio e fruto do envolvimento de cada adotante.

[...] essa preparação mesmo, discussão, uma reflexão maior para o casal, não dá para fazer dentro do judiciário... Ela tem que ser num grupo... Na sociedade civil... (Ivone)

[...] E hoje, assim, muitas pessoas quando vem, até já fizeram pesquisas na Internet, já têm informações, tem os grupos virtuais agora... Então... Mas a gente sempre insiste para as pessoas... Eu costumo dizer o seguinte: “Esse período, depois que você iniciou o cadastro, é o “pré-natal”, só que o pré-natal comum dura nove meses e o seu pode demorar um pouco mais... Mas é aquilo que você tem que buscar, entender, você vai ler revistas, vai conversar com quem já teve filhos, vai conversar com quem já viveu essa experiência, fazer trocas... procurar, dentro desse período, estar buscando o maior número de informações, né? Até para você ficar mais tranquilo... para pensar, fazer esse exercício, de como é que eu me colocaria nessa situação? Como eu agiria? Se assiste um filme que aborda a questão da adoção, então pensar um pouco sobre esse filme... olhar com outros olhos... até filmes infantis mesmo que às vezes tratam muito desse tema da adoção... então como é que eu me colocaria ali? Como eu conduziria essa questão?” então a gente procura dar essa orientação para o casal também... Para que não fique só: faz o cadastramento e fica parado, aguardando... Não. Tem um movimento ali, uma coisa dinâmica... Vai estar buscando, ele mesmo, informações conhecer mais... Acho que isso também vai enriquecer, vai preparar também... (Ivone)

Percebe-se que a preparação teria como objetivo principal a ampliação de consciência que os adotantes possuem sobre a realidade que os cerca, e assim permite que cada indivíduo apreenda sua história e seus conflitos, compreendendo a si mesmo e o mundo de uma forma mais crítica. Desta forma, o indivíduo torna-se capaz de novas formas de significar o mundo, alterando suas formas de agir, pensar e sentir a adoção e seus diversos aspectos.

Torna-se necessário também trazer à discussão a postura adotada pelas profissionais frente ao processo de preparação. Maria e Ivone significam seu trabalho na Vara da Infância e Juventude como preponderantemente avaliativo, e não preparatório, sendo a função de preparar atribuída à sociedade civil. Desta forma se desresponsabilizam pelo processo e, se este não é efetivo, a culpa recai sobre os pais, que não aceitaram o encaminhamento ou não participaram de forma adequada.

Esta preparação caracterizada pelas profissionais é similar à concepção de Maldonado (1995) e Weber (1997), que ressaltam a importância da reflexão e da informação no processo preparatório, enfatizando a capacitação dos adotantes para exercer a função materna / paterna. No entanto, há uma diferenciação fundamental entre tais autores e as participantes: os primeiros apontam a preparação como função da equipe técnica do Fórum, já as entrevistadas atribuem-na à sociedade.

#### **4.2.3. Alteração do perfil da criança em função do tempo de espera como fator de risco ao sucesso da adoção**

Faz parte do processo de cadastramento, o preenchimento de uma ficha, na qual os adotantes indicam as características que a criança, para ser adotada, deve possuir. Assim, estes determinam a faixa etária, cor e sexo da criança que desejam. Após o cadastro, o casal entra numa “fila de espera” e aguarda a criança com as características por ele discriminadas.

Este período entre o cadastro e a chegada da criança é variável, dependendo das opções do adotante, isto é, quanto mais critérios a criança deve preencher, mais demorado é o processo. As profissionais apontam que, neste período de espera, alguns casais decidem alterar o perfil da criança que querem adotar.

Neste contexto, Ivone e Maria significam como motivo dos pais para alteração do perfil da criança a demora do processo de adoção. Assim, esta mudança seria uma tentativa dos pais de acelerá-lo, isto é, o casal, ao alterar o cadastro, diminui as exigências iniciais com o objetivo de aumentar a possibilidade de uma criança se enquadrar no perfil solicitado. Como exemplificação, pode-se citar a explicação de Maria:

[...] o casal vem “eu quero um bebezinho”, a motivação é toda essa... Aí demora para chegar a vez deles... Aí eles começam: “Cadê meu bebê? Por quê vocês não me chamaram ainda?”. Não chegou a vez... aí eles ligam num determinado momento: “Ah... Nós vamos aumentar a idade... em vez de bebezinho a gente aceita uma criança até ¾ anos...” [...] Como está demorando “Ah, então vai... A gente até pega...” [...]

As profissionais também significam que os adotantes possuem um desejo de ser pai / mãe e, portanto, a decisão do casal estaria orientada para a satisfação desta necessidade, que os motiva.

O estudo de tal motivação foi objeto da avaliação psicossocial, precedente ao cadastramento do casal. Após a avaliação, as técnicas significaram o casal como apto para adotar uma criança correspondente àquele perfil solicitado no cadastro.

Deste modo, a decisão de alterar o cadastro é significada por Maria e Ivone como um fator de risco ao sucesso da adoção, uma vez que não corresponde à “verdadeira” motivação do casal, percebida por elas no momento da avaliação. Este significado pode ser observado no discurso das técnicas:

Então é muito difícil dar certo essas colocações onde eles acabam, por motivo de demora, ir contra as próprias expectativas... (Maria)

As profissionais significam que este risco diminui se esta decisão é decorrente da transformação do casal, isto é, se o casal mudou sua opção porque, no processo de preparação, percebeu novas possibilidades. Para exemplificar tal significado, apresenta-se um recorte da fala de Ivone:

Acho que, nesses casos, é importante a gente procurar entender com o casal porque eles mudaram de idéia... Porque que, de repente, queriam uma criança de 0 a 1 ano e agora estão estendendo para uma de até 4 anos? O que, nesse período em eles aguardaram e não foram chamados, eles fizeram para mudar? Porque às vezes têm casos que as pessoas começam a participar de grupos, de grupos de apoio à adoção... Começam a fazer trocas com outras pessoas e aí eles percebem que até eles poderiam pegar uma criança maior... [...] Mas é isso que a gente procura estar conversando com o casal, se você percebe que estão mudando só porque acham que vão ter um leque maior de oportunidades, aí não adianta nem mudar porque realmente não vai conseguir mesmo se adequar com uma criança com uma idade maior.

A mudança que é significada pelas profissionais como “não amadurecida” ou “precipitada” levaria, segundo Maria e Ivone, à frustração do casal, pois não satisfaz a necessidade do casal. Esta frustração dos pais seria causadora de conflitos entre o casal e a criança, culminando na devolução.

Esta compreensão do processo de adoção demonstra a ênfase na realização do desejo do adotante, pois é considerado como fator essencial para o sucesso da adoção. Pode-se observar que a adoção concebida como a possibilidade de satisfazer a vontade do adotante é característica da história da adoção.

A priorização do desejo do adotante em detrimento do adotado é observável na Lei de 22 de setembro de 1828, no Código Civil de 1916 e na Lei 3.133 de 1957 (Lotufo, 1992; Barone, 2002; Silva, 2003; Lima, 2006), sendo que a alteração deste panorama é recente, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e com o Código Civil de 2002, que determinam a proteção integral à criança e ao adolescente.

#### 4.2.4. A devolução como reveladora do envolvimento das profissionais no processo de adoção

A decisão de Maria e Ivone de inserir uma criança na família substituta baseia-se no significado que elas atribuem a tal colocação: de que a adoção será bem sucedida. Desta forma, a devolução de crianças no processo de adoção é significada pelas técnicas como surpreendente. Este sentimento de surpresa, que aparece também no discurso das profissionais como um “*impacto*”, relaciona-se com a constatação de que a adoção fracassou.

Então, a criança estava bem, eles estavam bem com a criança... E minha colega psicóloga também avaliou que caminhava tudo bem... E quando eles apareceram para devolver a criança, foi um impacto! (Ivone)

Então a gente faz tudo tranqüilamente, achando que vai dar certo... Se a gente perceber algum probleminha, a gente já nem deixa conhecer a criança... [...] A gente faz um caminho certo de que vai dar certo, né? Quando não dá, realmente é uma surpresa pra todo mundo. (Maria)

Do mesmo modo, as participantes significam a devolução como “*uma frustração*”, pois a adoção não se concretizou. Estes sentimentos podem relacionar-se com algumas das necessidades das profissionais, as quais poderiam alcançar a satisfação por meio do trabalho. No momento em que ocorre a devolução, a profissional se depara com uma realidade inesperada que impede a satisfação de suas necessidades, como, por exemplo, de que o trabalho seja eficaz e de colocar a criança (pela qual ela, enquanto profissional do Fórum, é “responsável”) numa família adequada.

A devolução, apesar de legalmente admissível, também recebe o significado de um processo complexo, complicado e que causa sofrimento nos envolvidos, principalmente nas profissionais e na criança devolvida.

Maria e Ivone significam a criança como a vítima da situação de devolução, cujo sofrimento estaria relacionado à rejeição que sofre. A partir deste significado surge a necessidade das profissionais de cuidar da criança, através de acompanhamento e psicoterapia, pois estaria fragilizada pela situação colocada pelos adotantes. A partir do discurso de Ivone, pode-se exemplificar tal significado:

E assim, a criança fica numa instituição, fica longe dessa família, desse lar que eles haviam dado para ela... Então até ela se adaptar nessa instituição, né? E assim, a última notícia que eu tive é que depois a mãe acabou passando com a gente por entrevista, mas também tinha poucas chances de ficar com a criança... Não tinha um real interesse... E a criança estava sendo sugerida para colocação em uma outra família... Mas ela teve um período aí de permanência num abrigo, de dificuldade de comportamento por conta de ter vivido essa experiência também...

As entrevistadas apresentam em seu discurso sentimentos de incompreensão, relacionados tanto à decisão do casal de devolver quanto aos motivos da adoção não ter se concretizado. Este sentimento revela a necessidade delas justificarem a falha do processo. Assim, Maria e Ivone significam os pais como os culpados pela devolução e, portanto, são os responsáveis pelo sofrimento por ela causado.

A culpabilização dos pais é uma prática significada pelas participantes como uma forma de desresponsabilizar a criança pela situação de devolução:

Agora uma coisa importante que eu acho, na questão da devolução, é tentar tirar a culpa das costas da criança... Porque já é terrível ser rejeitado de novo... Agora, ser rejeitado porque você não se comportou, porque foi mal na escola, porque quebrou não sei o quê... Então a gente sempre tenta colocar a culpa no casal, para a criança...Então a mãe está doente, o pai perdeu o emprego, coisas concretas, né? Não tem mais como cuidar de você, a mamãe vai ter que ficar um tempo no hospital... Dependendo do caso, a gente justifica... Tenta justificar o injustificável... Mas assim... Tirar das costas da criança que a devolução foi por causa dela... (Maria)

Embora esta seja a justificativa inicial para a culpabilização dos adotantes, a análise da entrevista permite perceber outras significações referentes a esta prática. Se a criança é significada como vítima e o trabalho das profissionais é significado como eficaz e redutor da devolução, Maria e Ivone significam o adotante como responsável pela situação, pois ele decide devolver a criança e ele impede que uma intervenção adequada seja feita, como pode ser observado na fala das profissionais:

[...] o casal vem tão decidido a se livrar do problema (porque aí já virou um problema) que a criança tem que ser devolvida... Então tem que ser devolvida ontem, “eu não fico mais um dia... vou levar aí... Vou deixar aí no corredor... (é isso que a gente escuta) vocês é que se virem com a criança... ela não fica mais um dia na minha casa...” Então são nesses termos! Eles não aceitam! Não aceitam ir para tratamento... Conversar sobre o assunto... (Maria)

[...] quando eles apareceram para devolver a criança, foi um impacto! Porque eles nem queriam conversar sobre... E quando foram lá, porque a gente tinha agendado uma entrevista... Porque ligaram e já queriam levar... Quando nós agendamos a entrevista, eles já levaram todas as coisas da criança... (Ivone)

Uma vez configurada a decisão do casal de devolver a criança ao Fórum e, diante da impossibilidade de intervenção, Maria e Ivone atribuem um novo significado à devolução: visto que é inevitável, torna-se também “*saudável*” à medida que retira a criança-vítima do conflito familiar em que estava envolvida e a coloca no abrigo, a salvo dos “pais-problema”. Neste ponto, a devolução não é mais uma decisão dos adotantes, mas é significada por Maria e Ivone como uma decisão da equipe profissional que acompanha o processo:

Então é até saudável, por incrível que pareça, para a criança, tirá-la dessa zona de conflito antes que alguma coisa de pior aconteça... (Maria)

O ideal é não ter devolução, mas, quando a criança começa a sofrer, quando é uma colocação que não vai dar certo, que o casal não quer ouvir... Então não adianta você pedir para ficar mais dois meses, seis meses, porque já entrou num... Está com raiva da criança, quer se livrar, aquilo já virou um fardo... Tudo o que a criança fizer, vai atrapalhar... Então a melhor coisa que a gente tem a fazer é realmente estar tirando a criança. (Maria)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ressaltar que esta parte do trabalho, apesar de receber a denominação “considerações finais”, não tem a pretensão de esgotar as possibilidades de análise e discussão dos dados apresentados, mas de apontar algumas observações pertinentes ao problema de pesquisa.

Enfatizamos que para a compreensão adequada da devolução, é necessário contextualizá-la e inseri-la na sua relação com a adoção, permitindo a apreensão de seu processo de constituição.

Maria e Ivone significam o adotante como um homem ativo, social e histórico, que se transforma nas suas relações. Assim, os casais que buscam a adoção transformam-se no período de preparação e no aguardo pela chegada da criança. Os profissionais também se transformam no contato com cada adotante, a cada avaliação e a cada devolução. Neste contexto, novos sentidos e significados são construídos e reconstruídos, através do processo de internalização, mediado pela linguagem.

O exercício profissional das participantes da pesquisa aponta que estas se preocupam com o êxito da adoção, e por isso suas ações são voltadas para o sucesso deste processo, o que significa ausência de devolução.

Assim, o trabalho é significado pelas profissionais como redutor da incidência da devolução, pois, por meio da avaliação, permite que problemas dos casais sejam identificados e que estes sejam encaminhados para solucioná-los, antes da inserção da criança no convívio familiar.

As participantes também significam os pretensos adotantes como despreparados e/ou com problemas emocionais, e, portanto, inaptos para a adoção. No entanto, ao compreenderem o casal como passível de transformação, torna-se possível a elaboração de estratégias de intervenção visando sua aptidão para adotar. Assim, os encaminham para tratamento psicoterápico, para a resolução dos “conflitos internos”, e/ou para a preparação.

A preparação ganha destaque no discurso das profissionais, pois é significada como fundamental para garantir que a adoção seja bem sucedida. Segundo Maria e Ivone, este processo deve ser reflexivo, dinâmico e informativo, porém não é inserido em sua função no Fórum, devendo ser realizada na sociedade civil, em grupos de apoio.

A adoção é concebida pelas técnicas do Fórum como a possibilidade de encontrar uma família para a criança abrigada, mas também tem a função de concretizar o desejo do casal adotante. Ela somente será bem sucedida se satisfizer às necessidades do adotante e do adotado.

Maria e Ivone significam que solicitações de alteração cadastrais do perfil da criança são fatores de risco, pois tais mudanças podem não corresponder às “verdadeiras motivações” do casal e, portanto, não irão corresponder às expectativas do casal. Elas

indicam que este risco diminui se a alteração da opção ocorreu devido à preparação do casal, que permitiu a significação de novas possibilidades.

Até o momento, as ponderações referem-se aos procedimentos da equipe técnica para evitar a devolução, pois este é seu principal objetivo. Passaremos, então, aos aspectos referentes à devolução propriamente dita.

A devolução é descrita pelas profissionais como frustrante, surpreendente, complicada, impactante. Estes são significados que demonstram o contato de Maria e Ivone com uma realidade inesperada, que indica que suas necessidades não foram satisfeitas.

Frente a tal situação, as participantes significam a criança como vítima da situação, que sofre com a nova rejeição e que, portanto, necessita de cuidados especiais, como acompanhamento da equipe e encaminhamento para psicoterapia.

Os pais são considerados os culpados pela devolução, pois não estavam preparados, não solicitaram ajuda quando necessário ou não seguiram as orientações propostas pela equipe. Além disso, a culpabilização dos pais também é significada como uma forma de tirar a responsabilidade da criança e da atividade profissional.

Maria e Ivone também compreendem a devolução como “saudável”, pois é uma forma de retirar a criança do conflito estabelecido entre o(s) adotante(s) e adotado. Desta forma, a devolução transforma-se numa decisão da equipe, que significa o retorno da criança ao abrigo como a melhor forma de protegê-la.

Foram apresentados acima os principais pontos discutidos no presente trabalho, porém deve-se ressaltar que a devolução de crianças no processo de adoção é um tema pouco estudado, sendo de extrema importância a realização de novas pesquisas, abordando aspectos diferenciados e construindo novos conhecimentos, capazes de ampliar a compreensão deste fenômeno em sua complexidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Wanda M. Junqueira e Ozella, Sergio. Núcleos de Significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Ano 26, n. 2, p. 222/245. 2006
- AGUIAR, Wanda M. Junqueira. A Pesquisa em Psicologia sócio-Histórica: contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O.(ORGS.) *Psicologia Sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Editora Cortez, 2001a, p. 129 – 140.
- AGUIAR, Wanda M. Junqueira. Consciência e Atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O.(ORGS.) *Psicologia Sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Editora Cortez, 2001b, p. 96 – 110.
- AMAS. *Famílias de crianças e adolescentes: diversidade e movimento*. Belo Horizonte, 1995.
- ARIÈS, Phillippe. *Historia social da criança e da família*. Rio de Janeiro. Zahar, 1986.
- BARONE, Lourdes Regina Jorgeti. *O instituto da adoção*. Dissertação de mestrado (Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BÍBLIA CATÓLICA (Online). Disponível em:  
<<http://www.bibliacatolica.com.br/>>  
Acesso em: 10 de março de 2007.
- BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma Perspectiva Crítica em Psicologia. In: BOCK, A. M. B., GONÇALVES, M. G. M., FURTADO, O. (orgs.) *Psicologia Sócio-Histórica: uma Perspectiva Crítica em Psicologia*. Editora Cortez. São Paulo, 2001, p. 15-35.
- BORRIONE, Roberta e CHAVES, Antonio Marcos. Análise documental e contexto de desenvolvimento: estatutos de uma instituição de proteção à infância de Salvador, Bahia. *Estudos de Psicologia*, Campinas, vol.21, no.2, agosto 2004, p. 17-27.
- BRITO, Leila; AYRES, Lygia; AMEN, Marcia. A escuta de crianças no sistema de justiça. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre, v. 18, n. 3, 2006. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822006000010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000010&lng=en&nrm=iso)>

Acesso em: 20 de junho de 2007.

CAMARGO, Mário Lázaro. A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes. In: *SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE*, 2., 2005, São Paulo. Disponível em:

<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000082005000200013&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200013&lng=en&nrm=abn)>

Acesso em: 10 de setembro de 2006.

CAMPOS, Niva Maria Vasques; COSTA, Liana Fortunato. A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 17, n. 1, 2004. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722004000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000100012&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em: 16 de junho de 2007.

CASELLATO, Gabriela. *Motivos relacionados ao luto que levam um casal à adoção: uma possibilidade profilática*. Dissertação de mestrado (Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

COSTA, Liana Fortunato; CAMPOS, Niva Maria Vasques. A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 19, n. 3, 2003. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-3772200300030004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-3772200300030004&lng=pt&nrm=iso)>.

Acesso em: 16 de junho de 2007.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA (online), disponível em:

<<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=filia%E7%E3o>>.

Acesso em: 07 de maio de 2007

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. Aspectos jurídicos da intervenção social e psicológica no processo de adoção, s.d. *Justitia – Matérias aprovadas para publicação futura*. Disponível em:

<<http://www.geocities.com/Athens/Aegean/5389/juridicos.pdf>>

Acesso em: 03 de junho de 2007.

FREITAS, Marcos Cezar de. Para a sociologia histórica da infância no Brasil. In: Freitas, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 1997, p. 9-16.

- GANDELMAN, Luciana Mendes. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2001, p. 613-630.
- GONÇALVES, M. G. M. A Psicologia como Ciência do Sujeito e da Subjetividade: A Historicidade como Noção Básica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O.(ORGS.) *Psicologia Sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Editora Cortez, 2001. p. 37 – 52
- GONZÁLEZ REY, F. *La Investigacion Cualitativa em Psicología: Rumbos e Desafíos*. São Paulo: Editora Educ, 1999.
- JOHN-STEINER, V. e SOUBERMAN, E. Posfácio. In: VIGOTSKI, L. S. *A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores*. Editora Martins Fontes. 1998, São Paulo.
- KISHIMOTO, Tizuco Morchida (org.). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOSHIBA, Luiz e PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. 7 ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1996.
- LEI Nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*.
- LEI Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Código Civil*.
- LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: Freitas, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 1997, p. 17-50
- LEVINZON, Gina Khafif. *Adoção*. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2004.
- LIMA, Axel Gregoris de. *A produção de saberes profissionais no preparo dos adotantes para a adoção tardia*. Dissertação de Mestrado (Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- LOTUFO, Maria Alice C. Zaratini Soares. *Adoção – Perfil histórico e evolução teleológica no direito positivo*. Dissertação de mestrado (Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.
- MALDONADO, Maria Teresa. *Os caminhos do coração*. São Paulo. Saraiva, 1995.

- MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, Natal, v. 9, n. 1, 2004. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2004000100019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100019&lng=en&nrm=iso)>.  
Acesso em: 25 de junho de 2006.
- MARTINS, Edna. “Vamos brincar de casinha”: a construção do significado de família na interação de crianças institucionalizadas. Dissertação de Mestrado (Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
- MINELLA, Luzinete Simões. Sex roles and gender hierarchies in the social history of childhood in Brazil. *Caderno Pagu*, Campinas, n. 26, 2006. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332006000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100013&lng=en&nrm=iso)>.  
Acesso em: 06 de abril de 2007.
- MONTEIRO, Luiza Pereira. Do objeto da violência: a infância. In: Sousa, Sônia M. Gomes (org.). *Infância, Adolescência e Família*. Goiânia: Cânone Editorial, 2001, p. 133-154.
- OZELLA, S. Pesquisar ou construir conhecimento: O ensino da Pesquisa na Abordagem Sócio-Histórica. In: BOCK, A. M. B. (org.). *A perspectiva sócio-histórica na formação em Psicologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 113-131.
- PACHECO, Lílian Miranda Bastos. Olhar, Explicação e Intervenção da Psicologia da Infância: Contextualização histórico-cultural-metodológica. *PsicoUSF*. [online]. Junho de 2001, vol. 6, n. 1. Disponível em:  
<[http://www.scielo-psi.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712001001000008&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo-psi.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712001001000008&lng=es&nrm=iso)>.  
Acesso em: 7 de abril 2007
- PAIVA, Leila Dutra de. *Adoção: Significados e Possibilidades*. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2004.
- PARO, Carmem Regina; MACHADO, Maria Conceição Sarmiento Pardal. A trajetória da concepção de infância e a formação do profissional em Serviço Social. In: Sousa, Sônia M. Gomes (org.). *Infância, Adolescência e Família*. Goiânia: Cânone Editorial, 2001, p. 51-65.
- REPPOLD, Caroline Tozzi; HUTZ, Claudio Simon. Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, Natal, v. 8, n. 1, 2003.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2003000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000100004&lng=pt&nrm=iso)>

Acesso em: 04 de setembro de 2006.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da saúde mental infantil: a criança brasileira da colônia à república velha. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 11, n. 1, 2006.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722006000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000100004&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em: 2 de abril de 2007.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *A emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias*. Dissertação de mestrado (Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

SILVA, José Luiz Mônaco da. *A adoção no novo Código Civil*. Dissertação de mestrado (Direito), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2006. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822006000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100010&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em: 07 de Abril de 2007.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

VARGAS, Marliete Maldonado. *Adoção tardia: da família sonhada à família possível*. São Paulo. Casa do Psicólogo, 1998.

VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. São Paulo. Scipione, 1997.

VIGOTSKI, L. S. *A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores*. Editora Martins Fontes. 1998a, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Pensamento e linguagem*. Editora Martins Fontes. 1998b, São Paulo.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. Critérios de seleção de pais adotivos: em discussão. *Interação*, Curitiba, v.1, p. 123-137, jan/dez 1997.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_,

R.G.: \_\_\_\_\_, declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) na pesquisa de campo referente ao projeto intitulado “Um Estudo Sobre o Sentido da Devolução de Crianças no Processo de adoção: a visão do profissional”, desenvolvido pela Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Pro. Dr. Sérgio Ozella, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 3670.8320 ou e-mail: [psicopuc@pucsp.br](mailto:psicopuc@pucsp.br).

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo estritamente acadêmico do estudo, que, em linhas gerais é compreender o sentido da devolução de crianças ao abrigo no período de convivência, antecedente à adoção, para os profissionais que acompanharam tal situação.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-dirigida, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador.

Estou ciente de que, caso em tenha dúvida ou me sinta prejudicado (a), poderei contatar a pesquisadora ou seu orientador, ou ainda o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEP – PUC/SP), situado na Rua Ministro de Godoy, 969 – Térreo, Perdizes, São Paulo (SP), Cep: 05015-000, telefone: 3670.8466.

A pesquisadora principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme as recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

## ANEXO 2

### Transcrição da Entrevista

Maria<sup>16</sup> – psicóloga, integra a equipe técnica da Vara da Infância e Juventude.

Ivone – assistente social, integra a equipe técnica da Vara da Infância e Juventude.

#### **Vocês tiveram casos de devolução de crianças no Estágio de Convivência?**

**M:** Já.

#### **E como foi para vocês? Vocês podem me falar um pouco sobre isso?**

**M:** Nós tivemos poucos casos, né? Pela quantidade que a gente faz de adoção, foram poucos casos de crianças que foram devolvidas, né? Mas é lógico que é uma frustração para todo mundo, não é? Frustração para quem fez o cadastro daquele casal que achou que o casal estava apto para adotar; frustração de quem lida com o processo da criança, achando que finalmente ela teria uma família; frustração da própria criança que a gente vê aqui abandonada, né? Porque eles simplesmente deixam a criança aqui e vão embora! Então a gente tem que lidar com todas essas variáveis, né? Da própria criança, da frustração da gente por não ter dado certo, do retorno da criança ao abrigo que às vezes ela nem conhece... Porque às vezes ela está num abrigo, foi para tentar a adoção, quando ela volta, é devolvida, aquele abrigo às vezes não tem vaga, fechou (nós tivemos caso de abrigos que fecharam). Então ela tem que se adaptar numa outra realidade totalmente diferente, com pessoas que ela nunca viu, com mais uma rejeição que aconteceu na vida dela... Então é um sentimento muito ruim para todo mundo.

**I:** Eu já tive a experiência, não aqui nesse fórum, mas em outro, de uma criança que foi devolvida durante estágio de convivência, mas foi uma adoção que não foi de casais cadastrados... Então o casal entrou com o pedido de adoção da criança porque ele já estava com a criança e ele ficou cerca de dois anos com a criança e depois veio devolver.

#### **E você acompanhou todo o processo?**

**I:** Eu acompanhei a primeira entrevista, quando eles foram requerer a adoção. Eles já estavam com a criança e queriam regularizar a situação da criança... Já tinham feito o pedido por advogado... Então era uma criança, assim disseram eles na época, que alguém... A mãe deixou com uma pessoa, a pessoa não podia cuidar da criança e sabia que eles tinham interesse em ter uma criança e entrou em contato com eles. A criança já tinha quase um ano e meio na época, eles ficaram com a criança, cuidaram da criança e depois eles... Foram regularizar e entraram com o pedido de adoção da criança, por advogado... Mas como todo pedido de adoção tem que ser avaliado pelo setor técnico, foi aí que a gente entrou... Na avaliação do caso... E assim, estava tudo caminhando bem, a criança estava bem, eles tinham até já... Assim, a criança tinha um nome e eles já tinham dado um outro nome para ela... Já estavam chamando a criança pelo outro nome... O processo já estava na

---

<sup>16</sup> Nomes fictícios.

parte de finalização... Aí a mãe reapareceu e eles se sentiram receosos de permanecer com a criança... E foram ao fórum para devolver a criança... A criança estava com cinco anos já...

**M:** E devolveram para a mãe?

**I:** Não, devolveram no fórum. Não devolveram para a mãe porque a mãe não... Assim, porque a mãe tinha ameaçado... Apareceu e queria pegar a criança... Aí eles foram ao fórum e ficaram com medo... Acharam... Porque tinham notícias de que a mãe não era assim tão responsável, tinha uns envolvimento ilícitos... Ficaram com medo e foram... Não quiseram pensar, argumentar... Foram para devolver a criança, mesmo. E foi isso que a M. falou... Então uma criança que já estava adaptada numa família, já tinha um tempo, já tinha um nome... Porque eles iam mudar o nome dessa criança, quando eles foram ao fórum já estavam chamando a criança por um outro nome... E assim, a criança fica numa instituição, fica longe dessa família, desse lar que eles haviam dado para ela... Então até ela se adaptar nessa instituição, né? E assim, a última notícia que eu tive é que depois a mãe acabou passando com a gente por entrevista, mas também tinha poucas chances de ficar com a criança... Não tinha um real interesse... E a criança estava sendo sugerida para colocação em uma outra família... Mas ela teve um período aí de permanência num abrigo, de dificuldade de comportamento por conta de ter vivido essa experiência também...

### **E como foi para você?**

**I:** Então, foi como a M. relatou... Uma frustração, porque nesse momento você questiona uma série de coisas... Porque quando o casal foi para o fórum, o casal já estava com a criança... Então nós fizemos a avaliação do casal já com a criança... Então, no caso, eu estava avaliando a questão social... Eles tinham uma estrutura, tinham uma condição de permanecer com a criança, a criança tinha problemas de saúde e eles estavam cuidando bem da criança... Era um casal com uma certa idade que não tinha filhos... Então, a criança estava bem, eles estavam bem com a criança... E minha colega psicóloga também avaliou que caminhava tudo bem... E quando eles apareceram para devolver a criança, foi um impacto! Porque eles nem queriam conversar sobre... E quando foram lá, porque a gente tinha agendado uma entrevista... porque ligaram e já queriam levar... Quando nós agendamos a entrevista, eles já levaram todas as coisas da criança...

**M:** De “mala e cuia”, devolve com tudo...

**I:** E já tinham até falado para a criança... Quando foram para a entrevista conosco, já tinham falado para a criança que ela ia ficar numa escolinha... Que ia ficar numa escolinha, né? Mas não falaram tudo... Só falaram que ia ficar numa escolinha, que vai para uma escola agora... A criança foi com uma idéia de que estava indo para uma escola... Tanto que nos primeiros dias foi difícil... Porque é uma criança que já estava com cinco anos e começa a perceber que ninguém vem buscar... Chorou, teve uma série de dificuldades, foi para uma obra, não se adaptou... Foi para uma outra... E a gente tinha esperança de que passados alguns dias eles... Vamos dizer repensassem...

**M:** Se arrependessem, né?

**I:** Mas nunca mais eles fizeram qualquer contato...

### **E vocês acompanham a criança que foi devolvida?**

**I:** Isso foi em outra Vara, né? Então essa criança continuou sendo acompanhada naquela Vara... Ela foi para um abrigo, então eu acompanhei por algum tempo... Depois nós chamamos os profissionais do abrigo para apresentar a criança... A gente estava acompanhando como a criança estava... Até porque depois a mãe apareceu e manifestou o desejo de ter a criança... Então fomos verificar as condições da mãe... E de repente a mãe desapareceu... Como já tinha acontecido da primeira vez: ela deixou a criança e desapareceu, também aconteceu dessa vez... Ela falou que queria, mas passou um tempo e desapareceu...

**M:** A mãe só veio para atrapalhar...

**I:** É... E o casal ficou com receio... Mas depois assim... Acho que de certa forma, aquele casal não estava totalmente preparado, né? Porque... Vamos dizer assim: diante de uma dificuldade, talvez da primeira da dificuldade maior, uma questão maior, eles resolveram entregar... Então a gente também faz a leitura disso... Talvez o casal estivesse cuidando, mas não estava tão vinculado a ponto de: “Olha, ela é minha filha e eu vou lutar por ela até o fim...”

**M:** “Vou brigar, entrar com recurso...”

**I:** Então não era bem isso... E hoje assim... A última notícia que eu tive é que a criança tinha superado isso, foi fazer um acompanhamento, psicoterapia... E ela estava sendo preparada para a colocação em uma outra família... Aí então, de certa forma ela está sendo acompanhada e com a possibilidade de estar indo para outra família.

### **Você disse que quando a devolução acontece, vocês repensam “um monte de coisas”.**

#### **Que coisas vocês repensam? O que passa pela cabeça quando a criança é devolvida?**

**M:** Até que ponto a motivação do casal era tão grande quando eles vêm aqui para fazer o cadastro, né? Será que é tão grande essa motivação que na primeira dificuldade, no primeiro mau comportamento da criança já é motivo para estar devolvendo? Então a gente fica até assim... Será que a gente tem que ser mais rigorosa com os casais? Exigir mais? Então a gente começa a repensar uma série de coisas... Agora uma coisa importante que eu acho, na questão da devolução, é tentar tirar a culpa das costas da criança... Porque já é terrível ser rejeitado de novo... Agora, ser rejeitado porque você não se comportou, porque foi mal na escola, porque quebrou não sei o quê... Então a gente sempre tenta colocar a culpa no casal, para a criança...Então a mãe está doente, o pai perdeu o emprego, coisas concretas, né? Não tem mais como cuidar de você, a mamãe vai ter que ficar um tempo no hospital... Dependendo do caso, a gente justifica... Tenta justificar o injustificável... Mas assim... Tirar das costas da criança que a devolução foi por causa dela...

#### **É isso que chega aqui? Que a culpa é da criança?**

**M:** Eles chegam falando: a criança não obedece, a criança vai mal na escola, é muito mentirosa... A maior queixa é essa que a criança é mentirosa... Então a gente até tenta... Encaminhar para a terapia para saber porque dessas mentiras, para os pais serem orientados... Por que a criança está mentindo? Algum medo ela está... Da situação... Então

ela está inventando mentiras... Então a gente até tenta... Mas o casal vem tão decidido a se livrar do problema (porque aí já virou um problema) que a criança tem que ser devolvida... Então tem que ser devolvida ontem, “eu não fico mais um dia... vou levar aí... Vou deixar aí no corredor... (é isso que a gente escuta) vocês é que se virem com a criança... ela não fica mais um dia na minha casa...” Então são nesses termos! Eles não aceitam! Não aceitam ir para tratamento... Conversar sobre o assunto...

**I:** O que... Quando você fala da gente pensar e repensar um pouco... É assim... Algumas das situações que eu vivi no atendimento no fórum ou que eu acompanhei do trabalho das outras colegas, muitos casos... Às vezes não era do cadastro, às vezes eram dessas adoções que as pessoas já vem com a situação definida... Já está com a criança há algum tempo e vem regularizar... Então, às vezes, a pessoa pegou a criança quando era bebê e tinha uma expectativa. Depois a criança apresenta uma dificuldade... Eu lembro de um caso que eu atendi, que pegaram a criança bebê e foi feita toda a adoção, o processo, com a criança ainda bebê. Aí quando a criança foi crescendo, no decorrer do desenvolvimento dela, começou a apresentar problemas físicos, psicomotor... Algumas questões que não eram perceptíveis quando ela era bebê... Aí a pessoa vem devolver... Então o que a gente percebe é que muitas vezes até essas adoções que as pessoas já... Essas adoções, vamos dizer entre aspas, “prontas”, que a pessoa só vem regularizar... A pessoa não estava preparada, já estava com a criança... Às vezes não estava preparado para essa situação do futuro, que pode acontecer... E tem que dizer do cadastro... Porque o cadastro é uma avaliação do presente também... Não dá para a gente estar apontando como a pessoa vai lidar com outras questões do futuro... A gente tem dados... Esse trabalho lida com dados... É o momento, né? E às vezes essa pessoa tem uma pretensão, pega uma criança menor, mas essa criança vai crescendo e vai apresentar comportamentos característicos de cada fase... Às vezes é um reflexo da própria história dela... E o casal às vezes não estava tão preparado para lidar com isso... Seja um casal que já estava cadastrado ou um casal que já tinha, por algum meio, conseguido a criança. Então, às vezes... Acho que esse... Não é tão comum essa devolução, mas em geral... Às vezes até porque eles não estão tão preparados... É como M. falou, a motivação... É muito o momento... É o momento “agora eu quero ter um filho”, mas não pensam que tem uma repercussão no futuro...

**M:** Filho é para sempre!

**I:** Ter filho não é só aquele momento, mas é amanhã, é depois...

**M:** Às vezes acontece também assim: o casal vem “eu quero um bebezinho”, a motivação é toda essa... Aí demora para chegar a vez deles... Aí eles começam: “Cadê meu bebê? Porque vocês não me chamaram ainda?”. Não chegou a vez... Aí eles ligam num determinado momento: “Ah... Nós vamos aumentar a idade... Em vez de bebezinho a gente aceita uma criança até 3/4 anos...”. Essa adoção pode ter certeza de que dá problema! Porque não é uma motivação... Eles querem o bebê! Como está demorando “Ah, então vai... A gente até pega...”, como se estivesse fazendo um favor, para a gente, de pegar uma criança maior... E realmente não vai de encontro com as expectativas deles... Eles querem um bebê! Então é muito difícil dar certo essas colocações onde eles acabam, por motivo de demora, ir contra as próprias expectativas... Aceitando uma criança maior...

### **E como vocês lidam com essas situações de “mudança de idéia”?**

**M:** A gente alerta que não é a criança dos sonhos deles... Que pode ser tentada essa colocação, mas que vai muito... É contra o que eles queriam... Eles querem o bebê... Dar mamadeira, pegar no colo, trocar a fraldinha... A gente entende isso... Se o casal está fixado nessa idéia, porque mudar isso? Então é preferível aguardar um tempo a mais a sua vez e conseguir o bebezinho... Mas dá muito mais certo do que aumentar a idade porque está demorando e ficar com uma criança grande que não vivenciou o que eles queriam... que era pegar no colo, dar a chupetinha, ensinar a andar, ensinar a falar... O casal fica muito frustrado... Aí os problemas aparecem... Tudo o que criança apronta...

**I:** Acho que, nesses casos, é importante a gente procurar entender com o casal porque eles mudaram de idéia... Porque que, de repente, queriam uma criança de 0 a 1 ano e agora estão estendendo para uma de até 4 anos? O que, nesse período em eles aguardaram e não foram chamados, eles fizeram para mudar? Porque às vezes têm casos que as pessoas começam a participar de grupos, de grupos de apoio à adoção... Começam a fazer trocas com outras pessoas e aí eles percebe que até ele poderia pegar uma criança maior... Eu lembro que eu peguei um caso de um casal de Santana e a inscrição deles no cadastro era para uma criança pequena, um bebê, só que, de repente, foi passando o tempo e a vida deles foi tomando um rumo diferente... Então eles perceberam que dentro da realidade deles, um bebê não era compatível... Então eles mesmos pensaram sobre isso e resolveram ampliar a idade. Quando a gente estava tentando fazer a colocação de um menino que era até grande... Assim de 7 anos, de 6 para 7 anos... Eles se interessaram... Ficaram sabendo e se interessaram. A gente foi e começou a conversar com eles: “puxa, a descrição de vocês que estava aqui no processo de vocês... No cadastro lá em Santana...” Aí eles começaram a falar... Ela era advogada, ele tinha feito mestrado, ela era diretora de uma faculdade... Então o projeto profissional dela, do marido, tudo, já não comportava mais um bebezinho... A idade deles... O que eles queriam era alguém para participar da vida deles, então, assim: “vamos num jantar? Vamos”; “Vamos em tal lugar? Vamos.” Então tinha que ser uma criança maior, então foi uma mudança bem amadurecida. Então mudou a faixa etária, mas assim, eles pensaram bem... Então deu certo... Mas é isso que a gente procura estar conversando com o casal, se você percebe que estão mudando só porque acham que vão ter um leque maior de oportunidades, aí não adianta nem mudar porque realmente não vai conseguir mesmo se adequar com uma criança com uma idade maior.

### **Como vocês lidam com a expectativa do casal com relação ao trabalho de vocês? Com a cobrança de encontrar a criança “ideal” para os pais?**

**M:** A gente tenta explicar para o casal o porquê de vir aqui, porque muitos falam: “tem tanta criança jogada no farol, por que você tem que fazer entrevista com a gente?” Como se a gente estivesse dificultando o processo de adoção, então a gente explica que faz parte... Numa avaliação psicossocial, o cadastro faz parte dessa avaliação... Então ele (o casal) não pode ser cadastrado... O casal não pode adotar uma criança, sem ter essa avaliação, isso é lei. Então o casal vem para as entrevistas, agora eles tem fotos deles, na moradia deles, é

juntado antecedentes criminais das pessoas, atestado médico e tem a avaliação do casal... Aí que ele é cadastrado... Então, nesses estudos a gente tenta perceber exatamente isso: a motivação, a segurança do casal de estar adotando... Se é um consenso, se os dois querem... Porque tem muito disso: “Ah, eu vim porque ela quis! Eu já estou muito velho para ser pai, mas como minha mulher está insistindo muito, eu vim...”. Então muitas vezes a gente percebe que não são os dois que querem... Um quer e o outro vem... Puxado! Intimado! Então a gente vê que é difícil, né? Como é que uma criança vai se colocar se só um quer ser pai dela? Se o outro só vem? Então tudo isso a gente tenta perceber... E se a gente percebe que o casal não está preparado para a adoção, a gente faz um encaminhamento para um atendimento psicoterápico, de seis meses, oito meses... Eles vão trabalhar na terapia essas questões...

### **Onde é feito o atendimento? É fora daqui?**

**M:** É, fora daqui... Eles vão discutir essas questões... Porque um quer; porque o outro não quer; porque está vindo só porque ela quer... Até que isso vire um consenso e os dois queiram a adoção ou vão desistir. Há pouco tempo a gente mandou um casal... Porque ela acusava o moço no meio da entrevista: “Quando eu quis engravidar, ele não quis porque não tinha condição financeira, depois quando...”. Quando um queria, o outro não queria e ela acusava o moço o tempo todo: “Agora eu tive menopausa precoce e não posso ter... Por causa dele! Porque quando eu queria e podia, ele não quis!”. Então como a gente vai colocar uma criança com um casal que está com um conflito? Um acusando o outro por essa falta de oportunidade de paternidade. Então a gente pediu para eles irem para terapia e daqui a seis meses nós vamos reavaliar o que foi discutido nessa terapia...

### **Se eu entendi, é o papel que a criança vai desempenhar na família...**

**M:** É isso que a gente sempre fala...

**I:** São todas essas questões que a gente tem que verificar no processo de avaliação, ali no cadastro... Eu percebo que assim... É um processo difícil porque os casais têm uma expectativa... Quando eles vêm para cadastrar, às vezes, já pensaram muito sobre isso... Às vezes acham que chegam aqui, vão realizar uma entrevista e amanhã já estão com a criança... E existe uma demora... Porque o que aparece na mídia é que existem “n” crianças para serem adotadas, mas a gente sabe que não é assim... Existem muitas crianças nos abrigos, mas fora da faixa etária que as pessoas desejam... Além da idade...

**M:** Cor...

**I:** A cor, o sexo das crianças... Às vezes as crianças não estão disponíveis ainda porque não se conseguiu... A questão da família, a destituição... Então tem uma série de entraves ali, que dificultam todo esse processo... Então existem, é lógico, um número maior de pessoas cadastradas do que crianças disponíveis para a adoção... Então a gente também tem que lidar com isso... Com esses questionamentos das pessoas... É o questionamento do porque da avaliação: porque tem que ser tão minuciosa; porque a gente tem que responder a esses quesitos; e a questão do porque do tempo, se “tem tanta criança na rua e estão falando toda hora na TV que tem criança para adoção”... Só que não é a realidade, e a gente tem que

tentar explicar isso e explicar muitas vezes o inexplicável... Porque as pessoas também têm as questões delas e elas querem atender um desejo que, às vezes, já está lá a muito tempo... Então não é um processo muito simples, fazer o cadastro...

**M:** E quando você fala que não... Que nem quando nós falamos para esse casal...

**I:** Naquele momento...

**M:** A reação da moça foi terrível! “Tanta criança jogada no farol! Eu já vim aqui duas / três vezes para falar com vocês e você me fala que eu ainda não posso ser cadastrada? Que eu ainda preciso procurar terapia?”

**I:** Porque às vezes a pessoa olha assim: o que é necessário? É necessário ter uma casa, um salário, um companheiro ou não, e isso basta. Mas não é só isso que a gente está avaliando, até porque o interesse é que os casais estejam preparados para que a adoção seja bem sucedida... Para que não haja essa questão da devolução...

**M:** A gente tenta evitar ao máximo... Porque assim: o casal cadastra e depois de dois ou três anos chegou a vez deles... É um outro casal... Em dois ou três anos mudou tudo! Já brigaram, voltaram, engravidou, perdeu o nenê... Já aconteceu um monte de coisas... Então quando a gente vai chamar para a colocação, a gente dá uma reavaliada, uma conversada, pega o processo deles... Tem lá o histórico... Vê o que mudou, o não mudou... Porque é um outro casal... Em dois / três anos já mudou tudo... Ainda mais aqueles casais que vem com a idéia “vou adotar para salvar o casamento”. Com certeza o casamento já dançou... a gente liga e muitas vezes realmente separou... já está cada um com outra família... Não é mais aquele casal... Então a gente sempre dá uma conversada, uma reavaliada, para saber em que pé está aquele casal... Aí sim... Passamos o histórico da criança... Alguns processos têm fotos, então o casal já dá uma olhada na criança pela fotografia, alguns não têm... A gente passa o histórico que tem no processo... Tem crianças que são achadas, então não tem muito o que estar passando... E as crianças que tem histórico, família biológica, irmãos, tudo, a gente vai passando para o casal... Aí ele recebe uma autorização e vai no abrigo conhecer a criança. É o que a gente fala: “fase de namoro”... Então vai lá, faz visita, leva passear, leva no Mc Donald’s, passa o final de semana com o casal... Vai tendo toda aquela aproximação, até que eles decidam que é o momento... Tem casal que demora um mês, tem casal que demora uma semana, tem casal que em um dia já quer a criança... Em caso de bebezinho tem que ser um dia! Eles não podem ficar sem o bebê... Conheceu e já quer levar para casa! A gente explica, né? Quanto mais idade tem a criança, mais longo é esse processo de conhecer, de levar passear... O bebê você pega, leva, vai chorar em qualquer lugar... Não tem problema! Pode ir no mesmo dia! Agora crianças maiores, esse processo de namoro também é mais lento... Aí a gente marca um retorno aqui... Conversa com a criança longe do casal, como está sendo, se quer morar, se gostou do casal... E aí a gente dá um documento para o casal que chama “Termo de Guarda e Responsabilidade” e começa o Estágio de Convivência. É nesse momento que nós atuamos e fazemos o acompanhamento da adoção... E é nesse estágio que acontecem as devoluções... Legalmente a criança pode ser devolvida. Agora, depois e sai a adoção... A adoção é para sempre. Mesmo que esteja com um problema... “Quero devolver...”... Aí não pode... É filho dele, então não tem como estar vindo devolver...

### **Acontece essa situação da pessoa vir devolver a criança depois da adoção?**

**M:** Não... Aqui nunca aconteceu, depois que saiu a adoção... Já tivemos situações de devolução durante o estágio, mas depois que saiu não... Tivemos uma vez um casal que se separou, depois de oito meses de Estágio de Convivência... Aí o menino ficou com o moço e a moça saiu de casa... Pegou os cachorros, saiu de casa e largou o menino com o pai... Só o pai que adotou... Ela desistiu da adoção, desistiu do marido e nós fizemos a adoção só no nome do pai... Ela ficou com os cachorros e ele com o menino! Agora essa questão da devolução é uma questão complicada...

**I:** O tempo que eu estou aqui no judiciário, eu só atendi um caso desses, que acabou nem podendo ter um acompanhamento no Fórum, que é esse que eu falei, que o casal já veio com a criança... Depois eu fui levantar o processo de que a pessoa chegou falando que não suportava a criança e que queria um abrigo... Mas porque queria o abrigo da criança? Uma coisa assim? Não... Primeiro ela falou que queria cancelar a adoção... Aí a gente explicou que não tinha como cancelar a adoção... “Mas eu não sabia que era para sempre...”. Então tá... Vamos levantar o processo... O processo inclusive já estava arquivado, pelo tempo... Foi feito o levantamento do processo e ela tinha passado por audiência... Então não dava para dizer que ela não sabia... Porque na audiência a pessoa é esclarecida, além de ser esclarecida no processo avaliativo, no setor técnico... Também na audiência o juiz e o promotor, que estão ali, falam da irrevogabilidade da medida e ela tinha assinado e tudo... Então ela sabia. Então não podia dizer que não sabia... Então “Não, querida! Você foi ouvida em audiência e tudo!”. Aí ela falou: “Então eu quero abrigar”, por conta dessa questão de que a menina era um bebê, depois a menina estava apresentando uma série de questões, mais ligadas à motricidade e ela não estava sabendo como lidar com isso... Ela já tinha um filho, depois teve um outro filho... Então estavam surgindo algumas questões... E, pelo que ela fala, não estava bem com o marido, com o relacionamento... Mas como os Fóruns fazem um atendimento por área jurisdicional e ela já não morava mais na nossa área, então a gente não podia dar um atendimento para o caso... Mas o que eu fiz: no caso, eu e a colega psicóloga fomos lá, fizemos uma visita na casa dela, fizemos uma série de orientações e encaminhamentos, mas não podíamos manter o processo lá e o processo foi transferido para a região onde ela morava... Para o Fórum da região onde ela morava... Então, de imediato não houve a devolução... A gente trabalhou com ela a questão dela ter um atendimento para ter condições de lidar com aquelas limitações da criança... Mas é interessante que assim: o fato da pessoa chegar com o discurso de que desconhecia o real significado da medida... Porque às vezes é difícil assumir: “quero devolver... não quero mais o filho”, mas a questão é: “eu não sabia que era assim... então como eu achava que podia... que se não desse certo...”. E era uma criança que já estava na família a bastante tempo... Então, às vezes, as pessoas questionam o porque desses procedimentos, né? Em alguns casos é importante porque quando a pessoa fala “mas eu não sei”, você tem como comprovar “mas você foi informado sobre isso, houve uma audiência, passou por todos os procedimentos...”.

**M:** Assim, na questão do cadastro... A gente tenta ao máximo aproveitar todos os casais, todas as pessoas, que estão se inscrevendo para adotar uma criança... Porque é a última opção da pessoa, né? Biologicamente, ela não pôde ter filhos... Foi no médico, tentou inseminação artificial, etc, e não deu certo... O último caminho é a adoção... Primeiro eles tentam a parte biológica e o último caminho é a adoção... Se a gente fecha essa porta, a pessoa nunca vai conseguir concretizar a idéia de ser mãe ou ser pai... A gente tenta aproveitar ao máximo... Então para a gente colocar que um casal é inapto, precisa estar muito bagunçado esse relacionamento, com conflitos muito fortes... Mesmo assim, a gente ainda encaminha para terapia, para dar uma última chance desse casal se tratar, ver o que está atrapalhando a dinâmica deles, para a gente realmente reprovar, para falar: “Não. Esse casal ou essa pessoa não tem condição de adoção”. Então a maioria dos casais é aprovada... Para a gente falar que não está bom, o casal realmente tem que estar com muitas dificuldades...

#### **E como é feita a avaliação? Passa pela assistente social, pela psicóloga...**

**M:** A avaliação é feita sempre em dupla. Ela tem dois momentos: tem a entrevista com a psicóloga e a entrevista com a assistente social. Às vezes acontece no mesmo dia, às vezes em dias diferentes... Depois a gente sempre senta e conversa... O que achou, se o casal está ansioso, não está ansioso, se percebeu alguma dificuldade... A gente sempre troca informações antes de dar o parecer final.

#### **E o parecer é feito...**

**M:** Separado... Cada um faz o seu parecer... Aí o processo tramita aqui dentro e o juiz dá uma sentença de cadastramento. Aí o casal é intimado e assina que está cadastrado. Com esse cadastro o casal pode adotar crianças no Brasil todo, a habilitação é dele. Agora ele vai se inscrever no Fórum de moradia, que é regionalizado... Então esse cadastro vai para uma central de computação... Então, por exemplo, em Sorocaba têm uma criança de cinco anos, negra, e lá eles não tem nenhum casal que aceite essa criança... Eles vão mandar um ofício para essa central de computação e vai uma listagem para lá: na Penha tem, não sei onde tem...

#### **Essa listagem é por ordem de casal cadastrado com interesse no perfil da criança?**

**M:** Isso. Como nós também... Se a gente tem uma dificuldade e nosso cadastro não tem quem aceite, a gente manda o ofício para essa central e vem uma listagem... Aí a gente, por telefone, vai entrando em contato... Até achar o casal que aceite aquela criança.

#### **Vocês me disseram que o casal fica dois / três anos aguardando uma criança e que quando vão chamar o casal, vocês fazem uma reavaliação...**

**I:** É assim, o casal está inscrito, né? Essa inscrição dele pode durar por vários anos... Mas, legalmente, a cada dois anos tem que ser feita uma reavaliação... Então, por exemplo, completou dois anos e o casal não foi chamado, aí ele vai ser reavaliado: quer se manter no cadastro? Então tudo bem, vamos manter... Passou mais dois anos... Assim... Agora,

quando a gente está chamando, por exemplo, passou um ano e surgiu uma criança com aquelas características, então nós vamos entrar em contato com o casal e a gente já vai reavaliar... Para ver se naquele um ano, nesse tempo... Porque até em questão de meses acontecem mudanças...

**M:** Já dá problema...

**I:** Então a gente vai ter que reavaliar para ver se vai atender aos interesses da criança.

**E acontece de, nessa reavaliação, vocês perceberem que o casal não está “apto”? Ou não está preparado naquele momento?**

**M:** Às vezes quando a gente liga, a gente recebe uma resposta que a gente sabe que não vai dar certo... Quando a gente liga “Olha, a gente está ligando aqui do Fórum... tem uma criança com as características...”, “Ah, mas minha sogra está doente...” “Ah, mas meu marido está desempregado...” “Ah, mas compramos um carro...” “Liga mais para frente...”. Então já é uma reavaliação, o contato que a gente faz... Pela resposta deles, pela reação quando a gente está marcando, a gente já sabe se está disponível ou aconteceu algum problema que não estão disponíveis.

**E o casal, continua na fila de espera?**

**M:** Aí a gente aguarda, né? Eles continuam na fila de espera...

**I:** É porque se ela colocou que nesse momento ela não pode, por conta de uma questão de saúde, financeira, alguma coisa... A gente vai aguardar, então vamos dizer, esse casal fala que nos próximos meses não vai ser chamado... Então se surgirem outras crianças nos próximos meses, ele não vai ser chamado... Mas não é motivo para ele cancelar o cadastro dele.

**M:** Só quando eles pedem... Quando pede para cancelar.

**I:** Naquele momento, ele falou: “olha, nesse momento eu não posso”, é um direito que a pessoa tem...

**M:** quando eles pedem sim... Quando a gente liga e “ah, a gente já se separou, nos não queremos mais a adoção...”. Então eles fazem um documento de próprio punho solicitando o cancelamento.

**Nos casos de devolução, como eram os pais? Que imagem vocês tinham deles?**

**M:** Quando a gente reavalia, o casal vem motivado... “Ah, que bom! Chegou nossa vez! É um menino, que legal! Quando a gente vai conhecer?” Quer dizer... Está motivado, né? Então a gente faz tudo tranquilamente, achando que vai dar certo... Se a gente perceber algum probleminha, a gente já nem deixa conhecer a criança... “Vai pra terapia... vai discutir essas questões que estão complicadas... a gente chama numa outra oportunidade”. A gente faz um caminho certo de que vai dar certo, né? Quando não dá, realmente é uma surpresa pra todo mundo. E a gente sempre alerta: “não espera acumular problemas, a criança começou a aprontar, você não está sabendo lidar, você dá um castiguinho, não é o suficiente, você está se irritando muito com a criança... começaram a aparecer problemas, dá uma ligada... dependendo do nosso retorno, a gente marca... dá uma ligada e vem para

conversar...”. Mas eles esperam a coisa chegar em um ponto que eles ficam odiando a criança, que não pode ficar mais um dia coma criança na moradia e devolvem como se estivessem jogando um objeto aqui para a gente. “Não quero! Não aceito orientação!”. Não quer ouvir mais nada, não quer terapia, não quer nada. Porque acumula, acumula! Provavelmente a criança não sintoniza mais, porque mexeu com algum conteúdo deles que não estava bem resolvido... E a criança também acaba cutucando sem querer, às vezes, né? O que acontece muito é ciúminho... Então é uma menina e só gosta do pai, aí a mãe fica com ciúmes, ou é um menino que só gosta da mãe... Aí o pai fica com ciúmes... Então o casal começa a entrar em disputa, em rivalizar com a própria criança. Aí o outro se sente excluído e começa a ver só a parte negativa da criança.. Então qualquer coisinha que a criança faz, já incomoda... “Ah, nós não vamos conseguir lidar...” “porque só fala mentira...”... Não vê o positivo, só o negativo... Precisa ter os motivos para vir aqui devolver: fala mentira, não arruma o quarto... Quer dizer, coisas que acontecem... Eu falo para eles: “Mas meus filhos biológicos também são assim... Não estou entendendo... Qual é a queixa? Porque você está devolvendo?” “Ah, porque fala mentira, porque não arruma o quarto, porque não faz lição de casa...”. Quer dizer, não tem um motivo que justifique a devolução... Então você até argumenta: “Mas todas as crianças em algum momento falam mentira, em algum momento estão com preguiça de fazer lição...”. Mas eles não querem ouvir... Chegam no máximo, no limite, e passam a odiar a criança... Então é até saudável, por incrível que pareça, para a criança, tirá-la dessa zona de conflito antes que alguma coisa de pior aconteça... Porque se a criança fica, começa um beliscão mais forte, um tapa mais doído e isso pode até virar uma situação mais grave... De quererem destruir a criança mesmo, através do inconsciente... De querer corrigir e castigar em demasia... Então é até saudável colocar a criança num abrigo, livrá-la nessa situação... Tirar da criança a responsabilidade... É a mamãe que está nervosa, que não pode estar cuidando...

**I:** O Estágio de Convivência, a gente não tem pressa para encerrar... Por conta disso... Às vezes, as pessoas questionam: “Puxa, porque tanto tempo? Porque tem que ficar um ano acompanhando?”... Em geral o acompanhamento é de um ano... Porque? Por conta disso... As questões vão surgindo... Então, no namoro é tudo uma expectativa...

**M:** Uma expectativa boa...

**I:** Quando você casa, você vai lidar com o dia a dia... Esse estágio vai permitir que até a própria pessoa consiga vivenciar situações... O que é ser pai, o que é ser mãe, como eu vou trabalhar com isso, com aquilo, com situações que a criança comenta... Como eu lido com pouco interesse na escola? Eu sempre fui interessada em estudar, como eu lido com um filho que não tem interesse? Se isso surge no Estágio de Convivência, a gente pode estar, de alguma forma, interferindo para ajudar nessa situação... Eu não tenho idéia dos outros Fóruns em geral, mas eu acho que o número de devoluções no Estágio de Convivência não é tão acentuado...

**M:** Pela quantidade de adoções feitas...

**I:** Bem sucedidas...

**M:** Com certeza! Graças a Deus!

**I:** Acho que se a gente se precipitar nesse período... Até querendo atender o desejo do casal, aquela ânsia de ter a documentação, de estar com tudo certinho... Você pode correr a possibilidade de ter um problema futuro...

**M:** O ideal é não ter devolução, mas, quando a criança começa a sofrer, quando é uma colocação que não vai dar certo, que o casal não quer ouvir... Então não adianta você pedir para ficar mais dois meses, seis meses, porque já entrou num... Está com raiva da criança, quer se livrar, aquilo já virou um fardo... Tudo o que a criança fizer, vai atrapalhar... Então a melhor coisa que a gente tem a fazer é realmente estar tirando a criança.

**I:** Nesse caso aí que te eu falei... Eles estavam num Estágio de Convivência porque... Eles chegaram no Fórum com uma situação já pronta, mas é a prática que seja feito um acompanhamento psicossocial... Então o acompanhamento estava conduzindo para o final do processo... Já havia um parecer favorável do serviço de psicologia, um parecer positivo do serviço social... E de repente... Não havia sido deferida a adoção por conta até do desconhecimento do paradeiro da mãe, né? E eles chegam para devolver... A criança não estava com problemas... Não apresentava nenhum problema de comportamento, estava tudo tranquilo... Só que o casal, diante da possibilidade da mãe aparecer, retomar o contato, eles acharam melhor devolver... Aí você começa a fazer perguntas sobre isso... A questão não era a criança em si... Era um temor de algo que de fato não era nem tão concreto... Porque, por exemplo, a mãe apareceu um dia e falou isso... Ela (a adotante) não esperou a gente fazer a avaliação... Eles não esperaram nós fazermos a avaliação para confirmarmos realmente se a mãe teria condição... Não esperou o andamento do processo... Era um medo que assim... Que é lógico que esse casal... Foi bom, porque... Já pensou? Porque não era uma questão ligada à criança... Era uma questão externa...

**M:** E já abriu mão...

**I:** Já abriu mão... Imagina se acontecesse com a criança, né? Mas às vezes é isso... É um período que vão surgindo situações que a gente vai poder perceber o quanto esse casal está envolvido no processo, o quanto eles realmente querem exercer a maternidade e a paternidade ou não, o quanto é uma idéia muito idealizada...

**M:** Aí é que está... Para ser pai e mãe, você precisa deixar de ser filho, então tem que inverter tudo... Você tem que dar suporte, tem que dar segurança, tem que dar colo... E as pessoas, às vezes... Teoricamente se dizem preparadas, mas quando levam a criança para casa e a criança começa a sugar... Porque são crianças carentes... Então você não tem tempo de nada... No momento em que a criança chega, ela quer você 25 horas por dia... Agora, você tem que continuar sendo mulher do seu marido, cuidar da casa, trabalhar fora e fazer essa adaptação com a criança... Então tem gente que não tem estrutura mesmo para tudo isso... Aí entra em desespero: “Ah, eu quero minha mãe! Eu vou dormir na casa da minha mãe e você fica com a criança aí...”. Quer dizer, começa a balançar... Aí o marido fala: “Escuta, queria tanto ser mãe e quando a criança chega, você vai para a casa da sua mãe e me larga aqui com essa criança?”. Então começam a aparecer os conflitos... E a criança lá no meio, querendo mãe, querendo pai, querendo amor, querendo tudo aquilo que ela nunca teve... Então é muito complicado...

**Você havia falado dos questionamentos sobre a forma de avaliar, sobre a rigorosidade do processo...**

**M:** Eu cheguei à conclusão, depois de 20 anos aqui na Vara, que a gente só consegue fazer uma avaliação quando a gente coloca a criança... Infelizmente... A gente pode tentar ver as coisas mais óbvias, mais aparentes... Mas é só quando concretiza, quando levam a criança para casa é que realmente aparece... Aparece a falta de estrutura de cada um, as inseguranças, os traumas sofridos na infância, aí você não quer repetir, não quer seu filho tenha esses traumas, aí você super protege, você mimma demais, aí a criança começa com um monte de problemas porque você está mimando, pode tudo... Então é só quando a criança vai para moradia é que começa realmente o processo de adoção... O resto é tudo teoria, né?

**I:** Eu acho que até a própria avaliação em si, a gente não... Dentro do processo avaliativo você orienta, você encaminha, tem um aspecto de preparação, mas essa preparação mesmo, ela tem que acontecer fora, não é dentro do judiciário, né? Porque nós estamos aqui para realizar a avaliação... Então essa preparação... Hoje já se discute isso... De, de repente, os casais, para serem cadastrados, terem uma preparação, comprovarem que passaram... Porque hoje é facultativo participar de um grupo de apoio, as pessoas... Se a pessoa aceitar o encaminhamento tudo bem, senão o processo fica aguardando... Mas essa preparação mesmo, discussão, uma reflexão maior para o casal, não dá para fazer dentro do judiciário... Ela tem que ser num grupo... Na sociedade civil... Dentro do judiciário, a gente está trabalhando com a avaliação... E eu penso também como a M: a avaliação em si não vai conseguir que você tenha 100% de certeza de que o casal tem condição mesmo de adotar... a gente vai ter, assim, alguns elementos para apontar que esse casal é indicado...

**M:** Para cadastrar.

**I:** Para cadastramento...

**M:** Agora, adoção é outra coisa...

**I:** Aí, surgindo a criança, a gente vai ter que acompanhar mais de perto...

**M:** Começar tudo de novo, essa avaliação... Porque já é outra coisa... Uma coisa é só o casal, outra é a criança junto... É o que a gente fala: entra o terceiro na relação. Às vezes o casal se dá super bem, é só beijinhos e abraços... Fica um mês com a criança em casa e vem aqui quase se batendo... Porque surgem ciúminhos, “porque você só dá atenção para a criança... não me dá mais atenção...”. Então é muito complicado entrar um terceiro na relação... E isso pode ser uma criança, um cachorro, uma empregada doméstica, uma sogra... Qualquer um que entra na relação é complicado... Então se as pessoas não estão muito bem estabilizadas, entrosadas, realmente começa a balançar a estrutura do casamento...

**Vocês me falaram dos grupos, dos encaminhamentos... Vocês indicam esses lugares para as pessoas que se cadastram?**

**M:** Nós temos uma cartilha, que até posso te dar uma cópia, que tem uma bibliografia sobre adoção, filmes que os casais podem estar assistindo, tem o básico sobre adoção, sobre documentação e os grupos de apoio...

**I:** E hoje, assim, muitas pessoas quando vem, até já fizeram pesquisas na Internet, já têm informações, tem os grupos virtuais agora... Então... Mas a gente sempre insiste para as pessoas... Eu costumo dizer o seguinte: “Esse período, depois que você iniciou o cadastro, é o “pré-natal”, só que o pré-natal comum dura nove meses e o seu pode demorar um pouco mais... Mas é aquilo que você tem que buscar, entender, você vai ler revistas, vai conversar com quem já teve filhos, vai conversar com quem já viveu essa experiência, fazer trocas... procurar, dentro desse período, estar buscando o maior número de informações, né? Até para você ficar mais tranquilo... para pensar, fazer esse exercício, de como é que eu me colocaria nessa situação? Como eu agiria? Se assiste um filme que aborda a questão da adoção, então pensar um pouco sobre esse filme... olhar com outros olhos... até filmes infantis mesmo que às vezes tratam muito desse tema da adoção... então como é que eu me colocaria ali? Como eu conduziria essa questão?” então a gente procura dar essa orientação para o casal também... Para que não fique só: faz o cadastramento e fica parado, aguardando... Não. Tem um movimento ali, uma coisa dinâmica... Vai estar buscando, ele mesmo, informações conhecer mais... Acho que isso também vai enriquecer, vai preparar também...

**M:** Tem uma coisa interessante que acontece assim também: o casal vem e cadastra “eu só aceito criança branca, sexo feminino e de zero a seis meses de idade”... De repente o casal vai para algum lugar no mundo e conhece uma criança de cinco anos, negra, menino e se apaixona... Aquele é o filho! Você percebe? Então todas aquelas teorias vão por água abaixo... “Porque vocês não falaram para gente que vocês aceitariam?” “Porque a gente não aceitaria... Se você oferecesse teoricamente uma criança assim, a gente não iria aceitar, só que de repente a gente se defrontou na nossa vida com essa criança, com características totalmente inversas ao que a gente pensava, e nos apaixonamos e virou nosso filho...”. Acontece também isso... De eles acharem o filho que está pelo mundo... Acontece também... E essas adoções dão muito certo, porque eles acharam... O filho é deles, eles estão fazendo questão... Estão indo atrás dessa adoção... E dá muito certo... Mas se a gente oferece não, tem que ser daquele jeitinho, moldado como é na cabeça deles... Também acontece que a pessoa vai no abrigo para procurar o filho... Acha a criança e decide que aquela é que tem que ser o filho... A gente sempre fala para os casais: “Não vão para o abrigo procurando filho... Vocês vão lá para conviver com a criançada, para dar um carinho geral para todo mundo... Não vão procurar porque vocês vão arrumar enguiço... vocês vão se apaixonar por uma criança que não está para adoção... E quando a gente chamar para conhecer a que poderia ser filha, está com a cabeça na outra... não gosta daquela criança porque está com a cabeça focada naquela criança que não está para adoção...”. Já aconteceu também de gostar sempre da criança do berço do lado... Então o que a gente fez? A gente fala para os abrigos: “Olha, o casal vai conhecer essa criança... Não mostra mais nenhuma”. Porque senão gosta da outra que não está para adoção e não gosta da criança que poderia ser a filha.

**I:** Acho que é basicamente isso... Não sei se você encontraria em outro local mais experiências de devolução...

**M:** Aqui, graças a Deus, não tivemos muitas experiências... Mas foram bem doloridas...

**Acho que é mais importante saber como é para vocês, como é lidar com essas experiências do que o número de devoluções que aconteceram...**

**M:** Teve uma recente, de uma menininha que está no abrigo... Que foi assim... A gente ficou sem entender até agora... O casal bem motivado, tinha dois meninos, um de nove e um de sete, e queria porque queria uma menininha... Estavam apaixonadíssimos! Até a um mês atrás estava tudo bem... A criança já estava a seis meses com eles... Aí o casal... Ela já liga chorando, a moça querendo conversar... Porque a menina é muito mentirosa, que ela não estava conseguindo lidar com a questão... Bom, em uma semana ela deixou a menina aqui com toda a mala, todos os brinquedos... Largou a menina e foi embora! Porque o filho de nove anos estava com ciúmes, e começou a ameaçar “ou ela ou eu... Eu vou fugir de casa...”. E eles deixaram a menina aqui... Acabei levando a criança ao abrigo, conversei com ela, né? Que ela não poderia mais morar lá... Porque já tinha dois filhos lá... O casal já estava cuidando daqueles meninos e não poderia mais estar cuidando dela... Mas que ela ia ficar um tempinho no abrigo e que a gente ia achar um outro papai e uma outra mamãe... Aí ela me falou “Ah, mas tia eu queria uma irmã”, aí eu falei “Não sei se será possível, mas a gente ver um outro papai e uma outra mamãe e depois eu te aviso se tiver...”. E tem! Conseguimos... O próximo casal da lista, que já está visitando, tem uma irmãzinha, que também é adotada... Elas têm quase a mesma idade, a mesma cor de pele, o cabelo, os olhos... São super parecidas! Estão em fase de namoro... Tomara que dê certo!

**I:** A gente sempre faz uma torcida...Eu acho que a devolução é sempre mais difícil do que o fato de ser... Por algum motivo ter ficado num abrigo... Porque os pais biológicos entregaram e tal... E viver essa experiência, acho que é mais difícil... Porque quando está no abrigo porque os pais deixaram por algum motivo, você nem está ali... Às vezes nem está com expectativa nenhuma... Mas aí de repente você é encaminhado para uma família e volta...

**M:** Ganha pai, mãe, um quatinho seu, os avós, os brinquedos, tudo... Você ganha tudo e de repente perde tudo... Um dia, você é deixado dentro do Fórum, com a malinha e não tem mais nada... Volta para a situação de abrigo... E no caso dessa menina o abrigo fechou... Ela foi para um outro maior, completamente diferente... Tudo novo... É muito complicado, né? Vamos ver se vai dar certo agora... Tomara!

**Vocês querem colocar mais alguma coisa? Fazer algum comentário?**

**M:** Acho que não...

**I:** Não...